



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
INSTITUTO CIBERESPACIAL
CAMPUS BELÉM

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Curso de Graduação de Licenciatura em

Letras Libras

na modalidade presencial

Campus Belém
2023



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

Profa. Dra. Herdjanía Veras de Lima
Reitora da UFRA

Prof. Dr. Jaime Viana de Sousa
Vice-Reitor

Prof. Dr. João Almiro Corrêa Soares
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Profa. Dra. Gisele Barata da Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Profa. Ma. Alessandra Epifânio Rodrigues
Pró-Reitora de Extensão

Profa. Dra. Gilmara Maureline Teles da Silva Oliveira
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Prof. Dr. Emerson Cordeiro Moraes
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Prof. Dr. Jefferson Modesto de Oliveira
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Profa. Dra. Jamile Andréa Rodrigues da Silva
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Igor Guerreiro Hamoy
Diretor do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos

Profa. Dra. Telma Fátima Vieira Batista
Diretora do Instituto de Ciências Agrárias

Prof. Dra. Michelle Velasco Oliveira da Silva
Diretora do Instituto da Saúde e Produção Animal

Prof. Dr. Pedro Silvestre da Silva Campos
Diretor do Instituto Ciberespacial

Prof. Dr. Joaquim Alves de Lima Junior
Diretor do *Campus* de Capanema

Profa. Dra. Francisca das Chagas Bezerra de Araújo
Diretora do *Campus* de Capitão Poço

Prof. Dr. César Augusto Tenório de Lima
Diretor do *Campus* de Paragominas

Prof. Dr. Vicente Filho Alves Silva
Diretor do *Campus* de Parauapebas

Profa. Dra. Aline Medeiros Lima
Diretora do *Campus* de Tomé-Açu

COLEGIADO DO CURSO
PORTARIA Nº 1604/2018

CATEGORIA	TITULAR	SUPLENTE
DOCENTE	Dr. José Elias Pereira Hage - SIAPE 3110048 - Presidente	
	Dra. Cláudia Solange Rossi Martins - SIAPE 1087756	Dra. Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco - SIAPE 1333409
	Dra. Hilda Rosa Moraes de Freitas Rosário - SIAPE 1807199	Dra. Andrea da Silva Miranda - SIAPE 1672407
	Dr. Jany Éric Queirós Ferreira - SIAPE 1268451	Ma. Pâmela do Socorro da Silva Matos - SIAPE 1167022
	Ma. Leila Cristina Silva da Silva - SIAPE 2199077	Dra. Ana Paula Martins Alves Salgado - SIAPE 2306995
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Alan Carlos Silva de Aviz - SIAPE 3023817	Nayara Mastub Souza - SIAPE 1951291
	Grasiano Vieira Reis - SIAPE 3046084	Beatriz Pereira de Souza - SIAPE 2426817
	Keila Mara Serejo Fonseca - SIAPE 2421234	Débora Lúcia de Oliveira Oliveira - SIAPE 1968192
	Wallace Albuquerque Queiroz - SIAPE 1105604	Áurea Luzia de Oliveira Ferreira - SIAPE 3023983
DISCENTE	Carlos Eduardo de Sousa Silva - Matrícula 2022021969	Ana Caroline Veloso da Cunha Teixeira - Matrícula 2022013009
	Fabício de Paula Augusto - Matrícula 2020010483	Marinete Rodrigues Vieira - Matrícula 2022013134
	Rita de Cássia Bailão Rodrigues – Matrícula 2022021978	Vailce da Paixão Monteiro - Matrícula 2022014310
	Izabela Corrêa Carneiro - Matrícula 2022013018	Camila Dias Brito - Matrícula 2022013063

Núcleo Docente Estruturante (NDE)
PORTARIA Nº 65/2023

Prof. Dr. José Elias Pereira Hage
SIAPE 3110048
Coordenador do Curso
Presidente

Profa. Me. Leila Cristina Silva da Silva
SIAPE 2199077
Subcoordenadora de Curso
Membro Docente

Profa. Dra. Tatiana do Socorro Correa Pacheco
SIAPE: 1333409
Membro Docente

Profa. Dra. Thaís Fernandes de Amorim
SIAPE: 2329711
Membro Docente

Prof. Dr. Jany Éric Queiros Ferreira
SIAPE: 1268451
Membro Docente

Prof. Etienne Vaz de Lima
SIAPE: 2326752
Membro Docente

Prof. Me. Fernando Eustáquio Guedes
SIAPE: 1844573
Membro Docente

SUMÁRIO

PARTE I - APRESENTAÇÃO	8
1.1 APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CURSO	11
1.1.1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	14
1.1.2 DADOS GERAIS DO CURSO	14
1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	16
1.3 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	19
1.3.1 Missão Institucional	19
1.3.2 Visão Institucional	19
1.3.3 Objetivos da Instituição	19
1.3.4 Papel da Instituição	20
1.3.5 Estrutura Organizacional da UFRA	21
1.4 CONTEXTO EDUCACIONAL	22
PARTE II – DIMENSÕES ESTRUTURAIS DO PPC	24
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	24
1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	24
1.2 OBJETIVOS DO CURSO	28
1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	29
1.4 ESTRUTURA CURRICULAR	33
1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES	40
1.6 METODOLOGIA	40
1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	40
1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – relação com a rede de escolas da educação básica	40
1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - relação teoria e prática	40
1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	40
1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	41
1.12 APOIO AO DISCENTE	41
1.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	41
1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA	41
1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA	41
1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	41
1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	41
1.18 MATERIAL DIDÁTICO	41
1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	41
1.20 NÚMERO DE VAGAS	41
1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	41
1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS)	42

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE	42
1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS	42
DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL	42
2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	42
2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	42
2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	42
2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	42
2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	42
2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	43
2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	43
2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	43
2.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	43
2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	43
2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	43
2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	43
2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO	44
2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	44
2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS - QUANDO FOR O CASO - E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA	44
2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	44
DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA	44
3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	44
3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	44
3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES	44
3.4 SALAS DE AULA	44
3.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	44
3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	45
3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	45
3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	45
3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	45
3.10 LABORATÓRIO DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE	45
3.11 LABORATÓRIO DE HABILIDADES	45
3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS	45
3.13 BIOTÉRIOS	45
3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)	46
3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS	46
3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	46
3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)	46

3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO	46
PARTE III – RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA	46
I – Acervos Bibliográficos no Âmbito da Ufra	46
1.1 Política de Acesso aos Acervos Bibliográficos da Ufra	46
1.2 Acervos Tombados e Informatizados da Ufra	48
II – Acervos Bibliográficos no Âmbito do Curso	49
2.1 Acervos da Bibliografia Básica	49
2.2 Acervos da Bibliografia Complementar	50
2.3 Quantitativo de Acervos da Bibliografia Básica e Complementar do Curso	50

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)
CURSO DE Licenciatura em Letras / Libras
CAMPUS Belém/UFRA

PARTE I - APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Letras/LIBRAS, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), e está estruturado com base nas principais disposições legais que norteiam a constituição de um PPC: Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” e os atos normativos dela originados, em especial, os Pareceres nº 492/2001-CNE/CES e nº 1363/2001-CNE/CES; a Resolução nº 1/2002-CNE/CP, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”, a Resolução nº 2/2002-CNE/CP, que “Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior”; a Resolução nº 18/2002-CNE/CES, que “estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras”; a Resolução nº 2/2007-CNE/CES, que “dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial”; o Regimento Geral da UFRA, que contém as disposições básicas que nortearão a vida institucional da UFRA e disciplina os aspectos de organização e funcionamento dos vários órgãos e unidades que compõem a sua estrutura organizacional; o Decreto Federal nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000 e a Lei 10.639/2003, que “altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências”, juntamente com o Parecer nº 3/2004-CNE/CP, que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e a Resolução nº 01/2004, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; e a Resolução nº 01/2012, que “estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos”.

O Curso de Licenciatura em Letras LIBRAS surge como uma iniciativa do Programa Viver sem Limites do governo federal, conforme decreto nº 7.612/2011. A intenção é ampliar a oferta desse tipo de licenciatura, de forma presencial, a partir de investimentos em infraestrutura e pessoal nas universidades federais, como mecanismo para garantir a inclusão social da pessoa surda, de acordo com o decreto nº 5.626/2005.

Segundo o art. 2º, da Lei nº 10.436/2002, o poder público e as concessionárias de serviço público devem garantir a difusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil, ou seja, a LIBRAS como primeira língua do surdo (L1) e a língua portuguesa como segunda (L2). Dessa forma, os sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão do ensino da LIBRAS nos cursos de formação em: Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, nos níveis de ensino médio e superior.

Esta lei que reconhece a LIBRAS como língua oficial de comunicação e expressão do surdo brasileiro é recente e o número de pessoas que possui formação para ensiná-la ainda é muito pequeno no Brasil. Segundo Quadros e Cerny (2009), dos 88 inscritos, apenas 9 foram aprovados no exame de proficiência para o ensino e tradução/interpretação de LIBRAS (PROLIBRAS) em 2009, em Belém. Percebe-se com isso a falta de formação acadêmica das pessoas que estão prestando o exame, assim como a carência de profissionais qualificados para atuar na educação básica com os alunos surdos.

Destaca-se ainda que esse exame de certificação ocorrerá somente até 2016, conforme a Portaria Normativa nº 29/2007, ou seja, na época, foi uma iniciativa de certificar os profissionais que já atuavam no ensino e na tradução da LIBRAS no Brasil, porém, com a compreensão de que a sua formação deve ser prioritariamente em cursos de graduação. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), embora estabeleça o exame de certificação PROLIBRAS no decreto nº 5.626/2005, também destaca no art. 4º, do mesmo documento que,

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Além de estabelecer os critérios de formação desse profissional, o decreto assegura ao surdo o direito à prioridade de ingresso nesses cursos. A preocupação com a inclusão social e educacional da pessoa surda faz-se importante uma vez que, conforme censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 14.147 pessoas surdas somente em Belém, na categoria população residente com deficiência auditiva (subcategorias: não consegue de modo algum e com grande dificuldade).

Para esse número não há um quantitativo suficiente de profissionais que atuem no ensino e tradução/interpretação da LIBRAS em Belém, já que nos relatórios técnicos referentes ao exame de certificação PROLIBRAS de 2006 a 2010 (QUADROS; PERLIN, 2007; QUADROS, 2008; 2010; QUADROS; CERNY, 2009), no Estado do Pará, apenas 89 pessoas receberam essa certificação, além disso, nesse quantitativo, não há a especificação de quais são professores e quais são tradutores/intérpretes.

Percebe-se com isso a grande necessidade de ampliação do curso de formação de professores para o ensino de LIBRAS. Dessa forma, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) como Instituição de Ensino Superior, escolhida pelo MEC para atuar na formação de professores de LIBRAS, apresenta o Curso de Graduação em Licenciatura em Letras LIBRAS de acordo com as orientações do Decreto nº 6.755/2009, que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 e o Decreto nº 7.612/2011, que fortalece a Educação Bilíngue no Brasil, por meio da criação de curso de Letras LIBRAS (bacharelado e licenciatura).

Quadro 1 - Marco Regulatório do Curso

MARCO REGULATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LETRAS LIBRAS				
Curso de Licenciatura em Letras Libras				
SITUAÇÃO - TIPOS DE ATOS AUTORIZATIVOS	Observação/ Descrição	ATOS AUTORIZATIVOS/DOCUMENTOS - EXPEDIDOS		
		Ufra	MEC	Conselhos de Classe/Outros
Criação de Curso (PDI/Pactuação/contexto socioeconômico e educacional) – Consepe/Ufra				
Coordenação Pró-Tempore de Curso, NDE, comissões...				
Aprovação PPC / Autorização de Curso – Consepe/Ufra				
Ato de Autorização de Curso MEC	Aula Inaugural/ Instalação do curso - Calendário Acadêmico (ano/semestre):			
Ato de Reconhecimento de Curso MEC				
Ato de Renovação de Reconhecimento de Curso				
Aprovação PPC – Consepe /				

Atualização de Curso				
----------------------	--	--	--	--

Obs: Todos os documentos descritos no quadro são anexos deste PPC.

1.1 APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CURSO

A apresentação institucional e do curso, de maneira geral, estão sintetizadas nos quadros abaixo com dados gerais da instituição com o objetivo de identificar a Ufra e seu endereço, bem como os dados gerais do curso de Licenciatura em Letras Libras, com o objetivo de identificar suas características.

A UFRA, como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região, e tem como tema de grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional. A FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), e oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. A EAA funcionava anexa ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939, em cujas instalações deveriam coexistir, utilizando equipamentos e outros meios daquela instituição de pesquisa, incluindo as atividades de magistério da escola recém criada como nova atribuição do pessoal técnico do IAN.

O Conselho Federal de Educação, mediante Parecer nº 802, de 09 de novembro de 1971, aprovou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, na EAA, o qual foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 69.786, de 14 de dezembro de 1971. Em 8 de março de 1972, pelo decreto nº 70.268/1972, passou a denominar-se Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), Estabelecimento Federal de Ensino Superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Posteriormente, através do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972, foi transformada em autarquia de regime especial, com o mesmo regime jurídico das universidades federais, e, portanto, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 16 de março de 1973, o Conselho Federal de Educação aprovou parecer favorável ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária na FCAP, o qual foi autorizado a funcionar através do Decreto nº 72.217, de 11 de maio de 1973.

No ano de 1999, foi autorizada a criação do curso de Graduação em Engenharia de Pesca com 30 vagas anuais, pela portaria MEC nº 1.135, de 20 de julho de 1999 e reconhecido em 2005 pela Portaria MEC nº 3.098, de 09 de setembro de 2005. No ano de 2000, foi autorizada a criação do curso de Zootecnia com 30 vagas anuais, pela Portaria MEC nº 854, de 21 de junho de 2000 e reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 3.101, de 09 de setembro de 2005.

A fase da Pós Graduação iniciou-se em 1976 quando foi implantado o primeiro curso regular de pós-graduação *lato sensu*, e formou 17 turmas de especialização em Heveicultura, num total de 425 especialistas. Em 1984, iniciou o Mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, área de concentração em Manejo de Solos Tropicais, recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual foi reestruturado em 1994, criando-se o Programa de Pós-graduação em Agronomia com duas áreas de concentração: 1) Solos e Nutrição Mineral de Plantas e 2) Biologia Vegetal Tropical; e o Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais, com área de concentração em Silvicultura e Manejo Florestal.

Em março de 2001, numa parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, iniciou o Curso de Doutorado em Ciências Agrárias com área de concentração em Sistemas Agroflorestais, recomendado pela CAPES em 2000. Em 2001, a CAPES aprovou a criação do curso de Mestrado em Botânica, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), cuja primeira turma foi selecionada em fevereiro de 2002. Ao longo desse período, a FCAP ampliou fortemente sua interação com outras instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), hoje Instituto Federal do Pará (IFPA).

De 1972 até 1997, a FCAP ofereceu 200 vagas nos concursos vestibulares anuais, sendo 100 para o curso de Agronomia, 50 para Engenharia Florestal e 50 para Medicina Veterinária. O total de vagas foi ampliado em 50% no vestibular de 1998, seguindo a política do MEC que, em 1994, passara a alocar recursos de custeio e capital (OCC) para as Instituições de Ensino Superior (IFES) com base no número de alunos matriculados, no número de professores e no desempenho acadêmico.

Em seus 50 anos de existência, a UFRA, apesar de ter prestado relevantes serviços à região amazônica, destacando-se em especial à formação de milhares de profissionais em Ciências Agrárias, incluindo estrangeiros de mais de 15 países, precisava ampliar sua oferta no ensino superior. A trajetória do ensino superior em Ciências Agrárias, neste tempo transcorrido, estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA. O pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República através da Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2002. Dessa forma, a UFRA avançou em suas conquistas durante seu processo de transformação de tal maneira, que tem hoje, em cumprimento ao que exige a legislação Estatuto, Regimento Geral e Plano Estratégico, concebidos a partir de processos democráticos e participativos, registrando na história desta Universidade, um modo cidadão de governar.



A UFRA é constituída por quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento. São eles: a) Instituto de Ciências Agrárias (ICA); b) Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA); c) Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH), e d) Instituto Ciberespacial (ICIBE). Os institutos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes que neles exercem suas atividades. Cada um dos Institutos citados atua em funções relacionadas a seus campos do saber e compactuam entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão.

A UFRA conta ainda com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA), pessoa jurídica de direito privado, gozando de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei e que tem como objetivo apoiar e estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente. Fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, podendo por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional.

Seguindo o planejamento de expansão proposto pela UFRA, já foram criados cinco campi fora de sede que, atualmente, ofertam doze cursos de graduação. São os campi de Capanema (Cursos de Administração, Agronomia, Biologia, Ciências Contábeis e Engenharia Ambiental), de Capitão Poço (Curso de Agronomia, Biologia, Computação, Engenharia Florestal e Sistemas de Informação), de Paragominas (Cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia), de Parauapebas (Curso de Administração, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção e Zootecnia) e de Tomé Açu (Cursos de Administração, Licenciatura em Biologia, Ciências Contábeis, Engenharia Agrícola e Língua Portuguesa). No campus sede começaram a funcionar os cursos de Informática Agrária e Licenciatura em Computação, no ano de 2009, Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, em 2010, e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em 2013.

Como principal instituição na região a oferecer educação de terceiro grau na área de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia), a UFRA tem um papel a desempenhar no que concerne ao desenvolvimento e implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário. Efetivamente, como mão-de-obra qualificada, os diplomados da UFRA são bem representados nas instituições amazônicas de agricultura e meio ambiente, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais e ONG. Do momento de sua criação até os dias de hoje, em razão da demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos, a Instituição se aprimorou em infraestrutura, em renovação curricular e em recursos humanos, todavia, ainda precisa alcançar patamares nunca antes almejados e para isso precisa estar sempre se reformulando.

A localização geográfica da UFRA na Amazônia, com o imenso espaço físico representado por seus campi, por si só, representa um excelente “marketing” institucional, que, associado à interiorização que vem ocorrendo e a uma maior interação com seus ex-alunos permitiriam uma percepção mais abrangente da instituição. Isso poderia resultar numa ampliação das parcerias com outras entidades e uma maior captação de recursos, formando um profissional de melhor qualidade para atender às demandas na área de Ciências Agrárias. Este atendimento exige uma UFRA fortalecida com um nível elevado de satisfação de seus funcionários, tanto os docentes quanto os técnicos administrativos. Para garantir a sua atuação emergente e o seu bem-estar, é preciso continuar se reestruturando e acreditando na força e na capacidade de se adaptar, inovar e intensificar o seu papel como universidade.

1.1.1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

Quadro 2 - Dados Gerais da Instituição

Proponente	Universidade Federal Rural da Amazônia – <i>Campus Belém</i> /Instituto ICIBE
Endereço	Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2501 Bairro: Terra Firme CEP: 66.077-830, Belém-Pará-Brasil
Endereço eletrônico	proen@ufra.edu.br icibe@ufra.edu.br letrasport-bel@ufra.edu.br

1.1.2 DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 3 - Dados Gerais do Curso

Itens Gerais	Especificações do Curso	
Perfil de Formação: Bacharelado/Licenciatura	Licenciatura	
Denominação do curso (DCNs/MEC)	Letras Libras	
Modalidade de Curso	Presencial	
Grau acadêmico conferido	Licenciatura em Letras Libras	
Carga Horária Total do curso	3630H	CH Mínima DCN/Curso:
Quantidade de períodos curriculares	8	
Turno de funcionamento	Vespertino	
Endereço de funcionamento		
Número de vagas	30	
Forma de ingresso	ENEM	
Regime de Oferta de Turma	ANUAL	
Regime de matrícula	SEMESTRAL	
Tempo Mínimo de Integralização	4 anos	
Tempo Máximo de Integralização	6 anos	
Tempo Máximo de Integralização – SAEE*	7 anos	

*Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEE

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A UFRA, como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região, e tem como tema de grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional. A FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), e oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. A EAA funcionava anexa ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939, em cujas instalações deveriam coexistir, utilizando equipamentos e outros meios daquela instituição de pesquisa, incluindo as atividades de magistério da escola recém-criada como nova atribuição do pessoal técnico do IAN.

O Conselho Federal de Educação, mediante Parecer nº 802, de 09 de novembro de 1971, aprovou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, na EAA, o qual foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 69.786, de 14 de dezembro de 1971. Em 8 de março de 1972, pelo decreto nº 70.268/1972, passou a denominar-se Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), Estabelecimento Federal de Ensino Superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Posteriormente, através do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972, foi transformada em autarquia de regime especial, com o mesmo regime jurídico das universidades federais, e, portanto, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 16 de março de 1973, o Conselho Federal de Educação aprovou parecer favorável ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária na FCAP, o qual foi autorizado a funcionar através do Decreto nº 72.217, de 11 de maio de 1973.

No ano de 1999, foi autorizada a criação do curso de Graduação em Engenharia de Pesca com 30 vagas anuais, pela portaria MEC nº 1.135, de 20 de julho de 1999 e reconhecido em 2005 pela Portaria MEC nº 3.098, de 09 de setembro de 2005. No ano de 2000, foi autorizada a criação do curso de Zootecnia com 30 vagas anuais, pela Portaria MEC nº 854, de 21 de junho de 2000 e reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 3.101, de 09 de setembro de 2005.

A fase da Pós Graduação iniciou-se em 1976 quando foi implantado o primeiro curso regular de pós-graduação lato sensu, e formou 17 turmas de especialização em Heveicultura, num total de 425 especialistas. Em 1984, iniciou o Mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, área de concentração em Manejo de Solos Tropicais, recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual foi reestruturado em 1994, criando-se o Programa de Pós-graduação em Agronomia com duas áreas de concentração: 1) Solos e Nutrição Mineral de Plantas e 2) Biologia Vegetal Tropical; e o Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais, com área de concentração em Silvicultura e

Manejo Florestal.

Em março de 2001, numa parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, iniciou o Curso de Doutorado em Ciências Agrárias com área de concentração em Sistemas Agroflorestais, recomendado pela CAPES em 2000. Em 2001, a CAPES aprovou a criação do curso de Mestrado em Botânica, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), cuja primeira turma foi selecionada em fevereiro de 2002. Ao longo desse período, a FCAP ampliou fortemente sua interação com outras instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), hoje Instituto Federal do Pará (IFPA).

De 1972 até 1997, a FCAP ofereceu 200 vagas nos concursos vestibulares anuais, sendo 100 para o curso de Agronomia, 50 para Engenharia Florestal e 50 para Medicina Veterinária. O total de vagas foi ampliado em 50% no vestibular de 1998, seguindo a política do MEC que, em 1994, passara a alocar recursos de custeio e capital (OCC) para as Instituições de Ensino Superior (IFES) com base no número de alunos matriculados, no número de professores e no desempenho acadêmico.

Em seus 50 anos de existência, a UFRA, a despeito de ter prestado relevantes serviços à região amazônica, destacando-se em especial à formação de milhares de profissionais em Ciências Agrárias, incluindo estrangeiros de mais de 15 países, precisava ampliar sua oferta no ensino superior. A trajetória do ensino superior em Ciências Agrárias, neste tempo transcorrido, estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA. O pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República através da Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2002. Dessa forma, a UFRA avançou em suas conquistas durante seu processo de transformação de tal maneira, que tem hoje, em cumprimento ao que exige a legislação Estatuto, Regimento Geral e Plano Estratégico, concebidos a partir de processos democráticos e participativos, registrando na história desta Universidade, um modo cidadão de governar.

A UFRA é constituída por quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento. São eles: a) Instituto de Ciências Agrárias (ICA); b) Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA); c) Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH), e d) Instituto Ciberespacial (ICIBE). Os institutos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes que neles exercem suas atividades. Cada um dos Institutos citados atua em funções relacionadas a seus campos do saber e compactuam entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão.

A UFRA conta ainda com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências



Agrárias (FUNPEA), pessoa jurídica de direito privado, gozando de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei e que tem como objetivo apoiar e estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente. Fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, podendo por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional.

Seguindo o planejamento de expansão proposto pela UFRA, já foram criados cinco campi fora de sede que, atualmente, ofertam doze cursos de graduação. São os campi de Capanema (Cursos de Administração, Agronomia, Biologia, Ciências Contábeis e Engenharia Ambiental), de Capitão Poço (Curso de Agronomia, Biologia, Computação, Engenharia Florestal e Sistemas de Informação), de Paragominas (Cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia), de Parauapebas (Curso de Administração, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção e Zootecnia) e de Tomé Açu (Cursos de Administração, Licenciatura em Biologia, Ciências Contábeis, Engenharia Agrícola e Língua Portuguesa). No campus sede começaram a funcionar os cursos de Informática Agrária e Licenciatura em Computação, no ano de 2009, Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, em 2010, e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em 2013.

Como principal instituição na região a oferecer educação de terceiro grau na área de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia), a UFRA tem um papel a desempenhar no que concerne ao desenvolvimento e implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário. Efetivamente, como mão-de-obra qualificada, os diplomados da UFRA são bem representados nas instituições amazônicas de agricultura e meio ambiente, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais e ONG. Do momento de sua criação até os dias de hoje, em razão da demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos, a Instituição se aprimorou em infraestrutura, em renovação curricular e em recursos humanos, todavia, ainda precisa alcançar patamares nunca antes almejados e para isso precisa estar sempre se reformulando.

A localização geográfica da UFRA na Amazônia, com o imenso espaço físico representado por seus campi, por si só, representa um excelente “marketing” institucional, que, associado à interiorização que vem ocorrendo e a uma maior interação com seus ex-alunos permitiriam uma percepção mais abrangente da instituição. Isso poderia resultar numa ampliação das parcerias com outras entidades e uma maior captação de recursos, formando um profissional de melhor qualidade para atender às demandas na área de Ciências Agrárias. Este atendimento exige uma UFRA fortalecida com um nível elevado de satisfação de seus funcionários, tanto os docentes quanto os técnicos administrativos. Para garantir a sua atuação emergente e o seu bem-estar, é preciso continuar se reestruturando e acreditando na força e na capacidade de se adaptar, inovar e intensificar o seu papel como universidade.

1.3 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

1.3.1 Missão Institucional

Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.3.2 Visão Institucional

Ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

1.3.3 Objetivos da Instituição

Os objetivos da UFRA estão estabelecidos no artigo 70 do seu Estatuto, são eles:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito político-científico e socioambiental do pensamento reflexivo em ciências agrárias, saúde e produção animal e outras áreas que venham a ser introduzidas.
- b) Qualificar profissionais aptos a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, particularmente no complexo mundo amazônico, e propiciar a formação continuada.
- c) Desenvolver atividades de investigação científica, contribuindo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e a difusão da cultura, adequando em nível superior o entendimento do homem em relação ao meio em que vive.
- d) Ampliar a base de divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituam patrimônio comum à humanidade e intensificar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- e) Promover permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização e integração dos conhecimentos adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada.
- f) Promover a informação e o conhecimento da presente atualidade, em particular as questões nacionais e regionais frente à nova ordem global.

g) Promover a extensão universitária, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação aberta de reciprocidade.

1.3.4 Papel da Instituição

A UFRA se propõe a:

a) Criar e difundir conhecimentos que atendam às expectativas da saúde, cultura e da educação universais e do ambiente em que está inserida, na formação em nível superior, na prestação de serviços à comunidade e na realização da investigação científica;

b) Atender à crescente procura de vagas no ensino superior pelos jovens egressos do ensino médio da região do Norte do país, independentemente de sua raça, gênero, credo e condição socioeconômica, em curso que responda ao exigente e competitivo mercado de trabalho, com competência e inserção em atividades econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas, dentro de princípios éticos e na busca da justiça social;

c) Constituir-se em Centro de Excelência de Ensino Superior no Estado do Pará, com cursos de qualidade, compatíveis com as diretrizes institucionais, as diretrizes curriculares nacionais e as conhecidas necessidades regionais;

d) Oferecer competências, infraestrutura física, equipamentos, acervos e o potencial de seus docentes para a formação de recursos humanos e para a realização de atividades em parceria com a comunidade em geral e em especial com os Órgãos públicos da região, particularmente as Prefeituras Municipais;

e) Formar profissionais capazes de propiciar melhorias na qualidade de vida da população carente da região, colaborando na formulação e execução das políticas públicas de Educação, Saúde e Tecnologia, que revertam desigualdades e produzam permanente crescimento auto-sustentável da Amazônia;

f) Propiciar formação generalista capaz de responder aos desafios do mercado de trabalho e viabilizar soluções inovadoras em trabalho integrado e multiprofissional, aliada a uma sólida formação específica no campo das habilitações escolhidas;

g) Oferecer formação tecnicamente competente, mas com visão humanística e solidária, na defesa dos princípios democráticos e da ética, com enfoque social da profissão, em meio à problemática global e regional;

- h) Formar profissional que favoreça a criatividade, o empreendedorismo, a liderança de equipes e respostas a situações de complexidade, a independência científica, o gosto pela investigação e pelo estudo continuado. Preparar os profissionais para o uso de novas tecnologias de informação, em comunicação com a sociedade e suas organizações;
- i) Valorizar, preservar e divulgar as culturas nacional, regional e local, em busca da consolidação da cidadania, bem como o respeito ao meio ambiente como uma mentalidade extensiva a todos os cursos e projetos;
- j) Desenvolver novas metodologias e tecnologias que dinamizem os currículos, com base na evolução científica e nas necessidades sociais e econômicas da região;
- k) Promover a capacitação continuada e qualificada dos docentes, funcionários e dos egressos, através de curso que os habilite ao trabalho intelectual e a atuar com desenvoltura na problemática regional;
- l) Utilizar a avaliação interna e externa como estratégia de aperfeiçoamento da qualidade institucional, na gestão, no ensino e nas atividades de pesquisa e extensão.

1.3.5 Estrutura Organizacional da UFRA

A administração superior da Universidade está estruturada em órgãos que transparecem o poder de representação da comunidade universitária, o poder superior de decisão, o poder superior de legislação, o poder superior executivo e os poderes de implementação da política e filosofia inerentes às atividades universitárias.

A administração superior, em suas relações internas e institucionais com todos os segmentos da Universidade, configura o grande cenário de gestão, em que se praticam as mais modernas técnicas de gerenciamento, poder decisório e geração normativa. Harmonia, equilíbrio, descentralização, informatização são atributos essenciais à gestão no seu processo global dentro da Instituição.

A Universidade é o locus do saber, da inteligência criativa, dos paradigmas da racionalidade cognitivo-instrumental das ciências, da racionalidade moral-prática e da racionalidade estético-expressiva das humanidades. Mas é também o centro nervoso das contradições da atualidade, das pressões internas e da lógica externa do mundo global, da transição dos paradigmas, da nova ordem econômica e da perda de poder dos Estados-Nações. São realidades que a gestão universitária enfrentará e a elas deverá agregar a transformação conceitual de “ideia de universidade para uma universidade de ideias”. Há uma condição epistemológica sobre a qual todos os que lidam com a questão universitária terão de refletir: a época atual é

de transição de paradigmas, de novas concepções sobre as estruturas curriculares e de um campo de visão que escapa aos limites do campus e se projeta globalmente. Essa nova realidade envolve diretamente a administração superior.

O modelo de estrutura organizacional da UFRA está baseado nas novas técnicas de gestão, de flexibilização dos fluxos de demanda, de simplificação orgânica, desburocratização dos serviços e substituição das hierarquias verticalizadas pela horizontalidade dos fluxos digitais. São prevalentes ao novo modelo os paradigmas de eficiência, fluidez e racionalidade na movimentação dos fluxos de demanda e dos fluxos decisórios.

A elaboração do Estatuto da UFRA e do seu Regimento Geral (presentes no banco de dados do SAPIENS), realizada através de processos participativos, em que cada categoria da comunidade da UFRA (docentes, discentes e técnico-administrativos), escolheu vinte dos seus representantes para integrar uma Assembleia Estatuinte. Essa assembleia então, de maneira democrática, definiu no Estatuto a macroestrutura organizacional, a qual foi detalhada pela Assembleia Regimental no Regimento Geral da UFRA.

O processo representa imenso avanço na organização das instâncias decisórias de uma universidade. Além dos conselhos superiores, inerentes às IFES, como o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), o Conselho de Administração (CONSAD) e o Conselho Curador, nos quais a participação da comunidade da UFRA e da sociedade tem forte representação, a UFRA estabeleceu um Conselho Consultivo, no qual a Universidade só é representada pelo Reitor, como Secretário Executivo e que representa o meio pelo qual a sociedade pode avaliar e influenciar a qualidade da gestão universitária. Além disso, toda a gestão acadêmico-administrativa dos Institutos será realizada de forma participativa, através de um colegiado do Instituto. Por outro lado, foram instituídas uma Comissão Permanente de Ética e uma Comissão Permanente de Avaliação Institucional, que antecedeu a obrigatoriedade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) estabelecida pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Rompeu-se com uma estrutura departamental, na qual havia onze departamentos de ensino para somente cinco cursos de graduação. Hoje, a UFRA possui três grandes áreas de atuação, nas quais estão identificados os cursos da atividade de ensino e os programas de pesquisa e extensão. A estruturação sob a forma de Institutos de Ensino, Pesquisa e Extensão simplifica e, ao mesmo tempo, flexibiliza a organização acadêmica, favorecendo a interdisciplinaridade, a otimização dos recursos materiais e humanos, a eficiência e a fluidez na movimentação das demandas e dos fluxos humanos.

1.4 CONTEXTO EDUCACIONAL

O Curso de Licenciatura em Letras LIBRAS surge como uma iniciativa do Programa Viver sem Limites do



governo federal, conforme decreto nº 7.612/2011. A intenção é ampliar a oferta desse tipo de licenciatura, de forma presencial, a partir de investimentos em infraestrutura e pessoal nas universidades federais, como mecanismo para garantir a inclusão social da pessoa surda, de acordo com o decreto nº 5.626/2005.

Segundo o art. 2º, da Lei nº 10.436/2002, o poder público e as concessionárias de serviço público devem garantir a difusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil, ou seja, a LIBRAS como primeira língua do surdo (L1) e a língua portuguesa como segunda (L2). Dessa forma, os sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão do ensino da LIBRAS nos cursos de formação em: Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, nos níveis de ensino médio e superior.

Esta lei que reconhece a LIBRAS como língua oficial de comunicação e expressão do surdo brasileiro é recente e o número de pessoas que possui formação para ensiná-la ainda é muito pequeno no Brasil. Segundo Quadros e Cerny (2009), dos 88 inscritos, apenas 9 foram aprovados no exame de proficiência para o ensino e tradução/interpretação de LIBRAS (PROLIBRAS) em 2009, em Belém. Percebe-se com isso a falta de formação acadêmica das pessoas que estão prestando o exame, assim como a carência de profissionais qualificados para atuar na educação básica com os alunos surdos.

Destaca-se ainda que esse exame de certificação ocorrerá somente até 2016, conforme a Portaria Normativa nº 29/2007, ou seja, na época, foi uma iniciativa de certificar os profissionais que já atuavam no ensino e na tradução da LIBRAS no Brasil, porém, com a compreensão de que a sua formação deve ser prioritariamente em cursos de graduação. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), embora estabeleça o exame de certificação PROLIBRAS no decreto nº 5.626/2005, também destaca no art. 4º, do mesmo documento que,

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Além de estabelecer os critérios de formação desse profissional, o decreto assegura ao surdo o direito à prioridade de ingresso nesses cursos. A preocupação com a inclusão social e educacional da pessoa surda faz-se importante uma vez que, conforme censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 14.147 pessoas surdas somente em Belém, na categoria população residente com deficiência auditiva (subcategorias: não consegue de modo algum e com grande dificuldade).

Para esse número não há um quantitativo suficiente de profissionais que atuem no ensino e tradução/interpretação da LIBRAS em Belém, já que nos relatórios técnicos referentes ao exame de certificação PROLIBRAS de 2006 a 2010 (QUADROS; PERLIN, 2007; QUADROS, 2008; 2010; QUADROS; CERNY,

2009), no Estado do Pará, apenas 89 pessoas receberam essa certificação, além disso, nesse quantitativo, não há a especificação de quais são professores e quais são tradutores/intérpretes.

Percebe-se com isso a grande necessidade de ampliação do curso de formação de professores para o ensino de LIBRAS. Dessa forma, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) como Instituição de Ensino Superior, escolhida pelo MEC para atuar na formação de professores de LIBRAS, apresenta o Curso de Graduação em Licenciatura em Letras LIBRAS de acordo com as orientações do Decreto nº 6.755/2009, que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 e o Decreto nº 7.612/2011, que fortalece a Educação Bilíngue no Brasil, por meio da criação de curso de Letras LIBRAS (bacharelado e licenciatura).

PARTE II – DIMENSÕES ESTRUTURAIS DO PPC

A Parte II do PPC de Licenciatura em Letras Libras, contempla as 3 Dimensões Estruturais para cursos de graduação de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tendo como base para os seus itens os indicadores do vigente Instrumento de Avaliação, como: 1-Organização Didático-Pedagógica; 2-Corpo Docente e Tutorial; e 3-Infraestrutura.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A UFRA por meio do seu planejamento estratégico visa a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, sendo estes os eixos estruturantes da instituição, que é marcada por uma trajetória de formação em recursos humanos, produção de pesquisas e difusão de conhecimentos no ensino de ciências agrárias e a partir de 2009, com a oferta de cursos de Licenciatura passou a desenvolver políticas voltadas para a formação de professores para a Educação Básica. O PLAIN – Planejamento Estratégico Institucional da UFRA – que recebeu aprovação via Conselho Universitário no ano de 2014, foi o instrumento de base escolhido para nivelar o conhecimento da comunidade interna sobre as forças que influenciam os ambientes internos e externos da instituição a partir de visões interdisciplinares dos grupos de interesse e de profissionais com amplo conhecimento sobre a complexidade econômica, social, cultural e ambiental da Amazônia. Além do diagnóstico institucional da UFRA, o PLAIN expressa potenciais estratégias de

desenvolvimento da instituição, no que diz respeito a sua expansão multicampi e às possíveis consonâncias estabelecidas com as metas do Plano Nacional da Educação (PNE 2011-2020), bem como expressa as previsões de cenários do seu crescimento sustentável, principalmente no que se refere às dimensões relacionadas à sustentabilidade institucional, à gestão estratégica, ao mercado, à autonomia institucional, dentre outras. A expansão e a diversificação da formação profissional, com planejamento de novos cursos, recursos humanos e infraestrutura física, também será o desafio que envolve planejamento a médio e longo prazo, focando em cadeias produtivas com potencial desenvolvimento no estado do Pará e do Brasil como um todo (PLAIN/UFRA 2014). O funcionamento da UFRA e do curso de Letras/LIBRAS está fundamentado na integração entre as escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, das empresas dos segmentos das cadeias produtivas identificadas como canais de desenvolvimento na Amazônia e a pesquisa científica e tecnológica desenvolvida na UFRA e/ou em parcerias com outras universidades. Os itens a seguir apresentam, de forma resumida, os pontos focais das políticas que a Universidade desenvolve e que estão relacionadas ao contexto do curso (PLAIN/UFRA, 2014-2024).

Políticas de ensino As políticas de ensino desenvolvidas pelo Curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS do Campus Belém estão alinhadas às políticas de ensino almejadas no Projeto Pedagógico Institucional da UFRA, as quais primam por impulsionar a produção de saberes e conhecimentos científicos com qualidade, relacionados com o contexto Amazônico e sem perder de vista a sua função social, com formação ética e humanizadora. Neste sentido, o curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS privilegia a formação de Profissionais licenciados com enfoque em metodologias orientadas pela interdisciplinaridade, almejando o desenvolvimento de conhecimentos totalizantes de mundo, num formato generalista, inovador e criativo, que possa, desta maneira, interferir positivamente no olhar crítico dos futuros cidadãos por meio da educação. As ações de políticas de ensino são orientadas pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN) em parceria com a coordenação do Curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS e com a direção do Instituto Ciberespacial (ICIBE) e estas primam pela qualidade das atividades que desenvolvem. Os objetivos das políticas de ensino do curso dirigem-se a criação de condições necessárias para o atendimento das demandas sociais e profissionais contribuindo para a formação de profissionais com educação científica e humanística para atender a Amazônia e o Brasil, com condições de participarem ativamente da vida em sociedade, com consciência crítica e ética, produzindo e promovendo a difusão de conhecimentos com qualidade e transparência. Para garantir uma aprendizagem de excelência, o ensino do Curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS proporciona a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio de práticas diversificadas, fundamentais a formação mais qualificada, as quais deverão ser constituídas por aulas teóricas e práticas utilizando tecnologias inovadoras, por meio de uma matriz curricular flexível e plural, na qual o processo de aprendizagem é centrado fundamentalmente no aluno. A metodologia de ensino e aprendizagem implantada no curso é inovadora, ao

exercitar a interdisciplinaridade por meio dos eixos temáticos implantados na matriz curricular. Além disso, a formação do profissional inclui conteúdo para fornecer conhecimento aos estudantes sobre a realidade socioeconômica, ambiental, cultural e política no âmbito local, regional e nacional; sólida formação técnica e científica; espírito investigativo, crítico e empreendedor; cidadania ativa; formação humanística; responsabilidade social e ambiental; trabalho em equipe; pensamento solidário e justiça social; capacidade de aprendizagem autônoma e continuada. O curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS se alinha às políticas de ensino descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional e ao perfil do egresso, e se necessário deve revisá-las buscando práticas inovadoras. Dentre as ações previstas podemos citar: - Amplo acesso ao curso por meio das múltiplas chamadas de candidatos do SISU; - Matrículas on-line de componentes curriculares; - Reformulação curricular quanto ao sistema de eixos, atualização de ementas, objetivos e bibliografias; - Aplicação de Estágio Supervisionado Obrigatório; - Melhoria dos sistemas de informação e gerenciamento, que permitem a interatividade entre docentes e discentes, bem como com a administração; - Ampliação do quadro permanente de pessoal; - Espaço adequado e adaptado aos novos parâmetros de acessibilidade; - Tradutor/intérprete disponível em todas as salas de aula com alunos e/ou professor surdo; - Estímulo à formação continuada de docentes e discentes. Políticas de pesquisa A estruturação de grupos de pesquisa do curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS e que futuramente estarão ancorados nos programas de formação em nível de pós-graduação, orienta-se para gerar resultados científicos e tecnológicos sobre os problemas e inovações da Educação em LIBRAS como 1ª língua e em Língua Portuguesa como 2ª língua para os surdos da Amazônia e está empenhado na busca de apoio diferenciado para a publicação de artigos em periódicos nacionais e internacionais. Essa dinâmica ajuda a difundir o conhecimento gerado na Universidade e a caminhar na direção de criar referência e domínio de espaço nas áreas identificadas como pontos fortes e oportunidades para a UFRA. Estas atividades são conduzidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPED) em parceria com a Coordenação do Curso e direção do instituto. O foco da pesquisa no curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS está implantado e, em constante expansão, e pretende em breve contar com bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica (PIVIC), o que estimula o interesse do graduando pela área acadêmica, apoiado por seus orientadores (Docentes do quadro Permanente) e ainda o apoio da PROPED e também pelo Grupo de Pesquisa em Engenharia e Manejo de Sistemas Agrícolas na Amazônia. As ações da PROPED em parceria com a Coordenação de Curso e direção do instituto estão voltadas para a consolidação na pesquisa na área da Licenciatura em Letras /LIBRAS e apoia o desenvolvimento das atividades de pesquisa desenvolvidas nas diferentes áreas que buscam desenvolver tecnologia e inovação, para que assim possam contribuir na inserção da UFRA no cenário mundial da produção do conhecimento científico, tecnológico e inovativo. O

curso de Licenciatura em Letras / LIBRAS está alinhado às políticas de pesquisa descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional e ao perfil do egresso, e se necessário irá revisá-las buscando práticas inovadoras. Dentre as ações previstas podemos citar: - Criar e fortalecer linhas de pesquisa; - Estimular a contratação de mais professores doutores; - Estimular o aperfeiçoamento (Doutoramento) de professores que atendem o Curso; - Participação na elaboração das semanas acadêmicas, assim como do Seminário Anual de Iniciação científica; - Estímulo e aumento do número de bolsistas de iniciação científica (IC), visando tornar a IC um importante evento de integração e de divulgação das atividades ligadas à pesquisa, ensino e extensão da comunidade universitária local e regional; - Estimular a participação dos docentes na distribuição dos recursos federais e estaduais destinados à Pesquisa e ao Desenvolvimento; - Divulgação de oportunidades para encaminhamento de projetos institucionais e isolados, nos seguintes segmentos: órgãos governamentais nacionais, estaduais e regionais; instituições e fundações públicas e privadas; banco mundial, etc; - Levantamento da infraestrutura existente na UFRA que atende às exigências de pesquisa na área da Licenciatura em Letras /LIBRAS para questionar planos, qualificar e adequar projetos; - Incentivar a criação de novos grupos de pesquisa.

Políticas de extensão As atividades de extensão do curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS estão alinhadas com a missão da UFRA e com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão. Também está implantando o processo de avaliação, análise e reflexão das atividades que desenvolve por meio das avaliações realizadas pela da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) As atividades da PROEX da UFRA priorizam as chamadas públicas e propostas direcionadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas da educação, saúde animal, orientação técnica e organização das comunidades rurais e urbanas com vistas ao desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e renda, empoderamento das mulheres no processo de decisão, inclusão de pessoas com necessidades especiais e melhoria das condições de vida. A UFRA avança na integração social por meio de programas e projetos de extensão vinculados diretamente à organização social, ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas a partir da pesquisa-ação, além de contribuir para a solução de problemas comuns vivenciados pelos distintos atores sociais. Neste contexto, a UFRA está influenciando diretamente a formação cultural das pessoas, a construção de capital social e o empoderamento das comunidades pobres no que concerne à busca das liberdades substantivas a que cada cidadão tem direito. O curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS está alinhado às políticas de extensão descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional que promovam ao egresso do curso uma formação básica, sólida e ampla. E se necessário rever estas ações e buscar novas práticas para melhoria da extensão no âmbito do curso, principalmente aquelas que envolvam a relação da Universidade com a comunidade escolar. Dentre as ações previstas podemos citar: - Interdisciplinaridade das atividades de extensão; - Fazer com que o processo de construção de saberes aconteça de forma interativa com os sujeitos

das ações; - Participação obrigatória dos discentes em estágios, que possuem cunho extensionista por meio de incentivos ao envolvimento na organização e/ou participação nas ações: eventos, cursos e execução de projetos de extensão, no atendimento ao público interessado, produção intelectual e na prestação de serviços; - Uso da extensão como ferramenta potencializadora e de análise de diferentes objetos e do impacto da ação através do salutar diálogo entre os saberes de dentro e de fora da Academia referentes ao Curso; e - Incentivo ao uso da extensão para a universidade desempenhar seu papel de contribuir para o desenvolvimento social e sustentável das comunidades e da região, bem como para disponibilização e democratização de informação científica, cultural e serviços comunitários.

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral: Considerando que um dos compromissos da UFRA, de acordo com a alínea “b” do artigo 7º do seu Estatuto, é qualificar profissionais aptos a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, particularmente no complexo mundo amazônico, e propiciar a formação continuada, o Curso de Graduação em Licenciatura plena em Letras/LIBRAS, objetiva licenciar profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil com sólida formação científica e profissional, instrumentalizando-os para absorver e desenvolver novas tecnologias educacionais e atuar de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas na educação de surdos nos meios urbano e rural, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Segundo o PPC, o Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS da UFRA destina-se à formação de profissionais da área educacional capazes de articular conhecimentos teóricos e práticos, com uma postura reflexiva, e a oferecer subsídios metodológicos e pedagógicos para atuarem no ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua, e da língua portuguesa como segunda língua para surdos, nos Ensinos Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio (1ª a 3ª séries) e em diferentes segmentos culturais, além de garantir o exercício da democracia e da cidadania.

Nesse sentido, esse curso se propôs a formar profissionais competentes, críticos, comprometidos e aptos a utilizarem e a ensinarem as várias manifestações da linguagem, em consonância com as exigências do mercado de trabalho, e essa implementação se deu respeitando as características específicas da região.

Objetivos Específicos:

- a) Conferir conhecimentos e habilidades nas diversas Áreas de Concentração do Curso, a saber: Libras, Língua Portuguesa, Linguística, Literatura, Tradução e interpretação e Escrita de Sinais;
- b) Assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos,

grupos sociais e comunidades surdas, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos e educacionais;

c) Estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

I - o respeito à diversidade humana;

II - a conservação e recuperação da qualidade de vida de setores excluídos da sociedade;

III - o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do meio ambiente;

IV - o emprego do raciocínio reflexivo, crítico, criativo, com responsabilidade social e

V - o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais;

d) Fornecer formação técnica, científica e humanística com capacidade para manter o profissional no mercado de trabalho atuando junto à comunidade e ao serviço público como membro participativo das decisões norteadoras de uma sociedade democrática e pluralista;

f) Promover a unidade teoria e prática por meio de estratégias variadas, como: seminários, palestras, fóruns, estudos de casos e pesquisas no âmbito da área de atuação com adequação às demandas locais e regionais, cujo eixo também se traduzirá nas atividades do estágio;

g) Possibilitar o fomento à pesquisa nas áreas de abrangência do curso;

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do profissional em Letras/LIBRAS está em consonância com a realidade da região, bem como procura atender às especificidades demandadas pela sociedade local, ao mesmo tempo em que se adaptou aos novos parâmetros do mundo do trabalho, para tanto incluiu como características basilares os seguintes pontos fundamentais:

1. conhecimentos teórico e descritivo dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da língua portuguesa e da LIBRAS;

2. compreensão e investigação dos fatos da língua e da linguagem que possam ser aplicados a problemas de ensino e de aprendizagem da Língua portuguesa e da LIBRAS;

3. ação multiplicadora como formadores de leitores críticos e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos, e incentivo ao desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;

4. formação bilíngue, pois, o aluno deve ser proficiente em Língua Portuguesa e em Língua Brasileira de Sinais.

Espera-se do profissional graduado em Letras/LIBRAS o domínio de conhecimentos teórico e técnico da Língua Portuguesa e da LIBRAS, para exercer a docência na educação básica, entre o 6º e o 9º anos, no Ensino Médio e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), como professores de Libras como primeira língua para surdos e como segunda língua para ouvintes; e como professores de português como segunda língua, na modalidade escrita, para surdos. Essa atuação profissional deve ser permeada por uma postura ética e crítica diante da pluralidade de expressões: linguística, literária e cultural e dos problemas de ensino e de aprendizagem da LIBRAS com alunos surdos e ouvintes.

O profissional formado no curso de Licenciatura Letras/LIBRAS da UFRA será capacitado para a resolução de problemas conforme os preceitos da ética e da visão humanística às demandas sociais, deve possuir, ainda, valores éticos, morais, espírito crítico e empreendedor, além de criatividade e determinação frente aos desafios que irá encontrar, tais como elaboração, implementação e consolidação de projetos nas diversas áreas do curso. Esta formação se dará a partir da dinâmica acadêmica considerando a possibilidade da atualização curricular constante, oferecida pela grade de disciplinas obrigatórias e eletivas definidas previamente, bem como acompanhamento das exigências de mercado e do avanço científico-tecnológico.

Esse profissional terá formação embasada nas ciências da linguagem e humanas, com formação específica em LIBRAS e Língua Portuguesa e será dotado da compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente, além da capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.

O Profissional de Letras/LIBRAS, formado pela UFRA, estará apto a atuar tanto na esfera privada quanto na pública, comprometido com a ética profissional e responsabilidade no trabalho em grupo. Demonstrando domínio no processo de gestão, tecnologias educacionais e no repasse de informação no que tange ao processo das cadeias produtivas. Destarte, o perfil do profissional de Licenciatura em Letras /LIBRAS formado na UFRA enseja:

- I. Sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver novas tecnologia educacionais;
- II. Capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
- III. Compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como

utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente; e

IV. Capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.

Ainda, segundo as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras, estabelecidas pela Resolução nº 18/2002-CNE/CES, a área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- Facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- Criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- Deem prioridade a abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- Promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;

· Propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio. Portanto, é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais. Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere a sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão. A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- Eliminar a rigidez estrutural do curso;
- Imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- Utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que devera responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno. Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras e a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a UFRA se propôs a implantar. Para definir o Perfil dos Formandos, a UFRA, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, definiu que o objetivo do Curso de Letras é formar profissionais Interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, nos contextos oral e escrito, e também na forma de sinais, como no caso da LIBRAS e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. Pelas Competências e Habilidades, o graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, devera ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela. Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, ou em LIBRAS, quando a habilitação for essa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;

- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deve ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular oferecida e que consta no PPC do curso tem como princípio básico a flexibilidade, observada principalmente nas adaptações que foram feitas de acordo com as necessidades surgidas; a interdisciplinaridade, destaque para os fóruns que promoviam a interação científica; uma metodologia acessível, observável na presença constante de intérpretes de LIBRAS em todas as salas de aula; bem como a perfeita compatibilização da carga horária em sua totalidade.

O curso procurou se destacar também, na articulação igualitária entre teoria e prática, definindo, no percurso dos processos avaliativos, parâmetros que objetivassem a perfeita equidade no desempenho pragmático do que se estabelecia no cabedal teórico desenvolvido. Principalmente por conta da especificidade do desenvolvimento da disciplina LIBRAS, que exige uma maior integração entre esses aspectos e é ofertada em todo o processo de formação do discente do curso.

Essa proposta pedagógica resultou de ampla discussão que considerou como fundamental oferecer ao egresso do curso, licenciado em Letras/LIBRAS, uma sólida formação disciplinar dinâmica e adequada para a execução de saberes inerentes a esse profissional.

A carga horária total do Curso é de 3630 horas, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Letras (Resolução nº 18/2002-CNE/CES). A carga horária máxima semanal é de 30 (trinta) horas, com carga diária de 5 (cinco) horas, considerando-se 6 (seis) dias úteis por semana, mediante regras constantes no Regulamento de Ensino da UFRA.

O curso será ministrado através de ciclos semestrais. Essa metodologia consiste na agregação de duas ou

mais disciplinas afins, visando a interdisciplinaridade. Além disso, para promover a flexibilidade na formação dos discentes será oferecido um rol de disciplinas eletivas. Para integralizar o currículo, o discente fará, além das disciplinas obrigatórias (eixos temáticos) e eletivas, o estágio supervisionado obrigatório, o trabalho de conclusão de curso, cada um com carga horária obrigatória.

As disciplinas eletivas, as quais cabem ao discente a liberdade de escolha, mas com obrigatoriedade de integralizar 120 (cento e vinte) horas, poderão ser do próprio curso, de outros cursos da Instituição ou, ainda, de outras instituições de ensino superior que possuam convênios de mobilidade acadêmica com a UFRA, desde que constem no rol de disciplinas eletivas pré-estabelecido pela coordenadoria do curso. As disciplinas eletivas serão propostas pelos docentes e aprovadas em primeira instância pelo NDE e Colegiado do Curso e em segunda, pelo CONSEPE que, mediante o resultado de avaliações ou por requerimento dos discentes, poderá propor à Direção do campus a criação de turmas de algumas dessas disciplinas.

Quadro 4 - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS - Modalidade Presencial

CICLO DE FORMAÇÃO GERAL									
1º PERÍODO CURRICULAR									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE*	Presencial	EaD
1	Introdução aos Estudos Linguísticos	Letiva	60h	45h	15h			60h	
2	Introdução à Libras	Letiva	45h	35h	10h			45h	
3	Teoria Literária I	Letiva	45h	35h	10h			45h	
4	Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação	Letiva	45h	35h	10h			45h	
5	Psicologia da Educação	Letiva	45h	35h	10h			45h	
6	Introdução à Escrita De Sinais	Letiva	60h	45h	15h			60h	
7	Metodologia do Trabalho Científico	Letiva	45h	35h	10h			45h	
CH TOTAL DO PERÍODO			345h	265h	80h			345h	

2º PERÍODO CURRICULAR

Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Fonética e Fonologia do Português		60h	45h	15h			60h	
2	Libras Intermediário		45h	35h	10h			45h	
3	Teoria Literária II		45h	35h	10h			45h	
4	Fundamentos histórico-filosóficos da educação de surdos		45h	35h	10h			45h	
5	Escrita de sinais		60h	45h	15h			60h	
6	Planejamento e avaliação educacional		45h	35h	10h			45h	
7	Leitura e Produção de textos Acadêmicos		45h	35h	10h			45h	
CH TOTAL DO PERÍODO			345h	265h	80h			345h	
CH TOTAL DO CFG			690h	530h	160h			690h	

CICLO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA**3º PERÍODO CURRICULAR**

Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Fonética e Fonologia da Libras		60h	45h	15h			60h	
2	Morfologia do Português		60h	45h	15h			60h	
3	Libras Avançado		45h	35h	10h			45h	
4	Literatura Visual		45h	35h	10h			45h	
5	Fundamentos Sócio-antropológicos da educação		45h	35h	10h			45h	
6	Aquisição da Linguagem		45h	35h	10h			45h	
7	Didática		45h	35h	10h			45h	

8	Práticas Extensivas em Libras I		30h	15h	15h			30h	
CH TOTAL DO PERÍODO			375h	280h	95h			375h	
4º PERÍODO CURRICULAR									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Morfologia da Libras		60h	45h	15h			60h	
2	Sintaxe do Português		60h	45h	15h			60h	
3	Literatura Portuguesa: fundamentos e práticas		45h	35h	10h			45h	
4	Literatura Surda		45h	35h	10h			45h	
5	Educação especial e inclusiva		45h	35h	10h			45h	
6	Metodologia do Ensino de Libras como L1		60h	45h	15h			60h	
7	Laboratório de Produção em Libras I		60h	45h	15h			60h	
8	ESO I – Estágio na Educação Especial		100h	20h	80h			100h	
CH TOTAL DO PERÍODO			475h	305h	170h			475h	
CH TOTAL DO CFE			850h	585h	265h				
CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL									
5º PERÍODO CURRICULAR									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Sintaxe da Libras		60h	45h	15h			60h	
2	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas		45h	35h	10h			45h	
3	Literatura Brasileira: fundamentos e práticas		45h	35h	10h			45h	
4	Metodologia do			35h	10h			45h	

	Ensino da Literatura Visual e Surda		45h						
5	Educação Bilíngue como modalidade de Ensino para Surdos		45h	35h	10h			45h	
6	Políticas Linguísticas para Surdos		30h	15h	15h			30h	
7	Metodologia do Ensino de Libras como L2		60h	45h	15h			60h	
8	Eletiva I		30h	15h	15h			30h	
9	Práticas Extensivas em Libras II		30h	15h	15h			30h	
10	ESO II Literatura Surda		100h	20h	80h			100h	
CH TOTAL DO PERÍODO			490h	295h	195h			490h	
6º PERÍODO CURRICULAR									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Sociolinguística		60h	45h	15h			60h	
2	Estudos da Tradução e da Interpretação da Libras na Área Educacional		60h	45h	15h			60h	
3	Tecnologias para Educação de Surdos		45h	35h	10h			45h	
4	Semântica e Pragmática do Português		60h	45h	15h			60h	
5	Cultura, Identidade e Diversidade Surda		45h	35h	10h			45h	
6	Português como L2 para Surdos		45h	35h	10h			45h	
7	Eletiva II		30h	15h	15h			30h	
8	Práticas Extensivas em Libras III		30h	15h	15h			30h	
9	ESO III – Ensino da Libras como L1		100h	20h	80h			100h	
CH TOTAL DO PERÍODO			475h	290h	185h			475h	

CH TOTAL DO CFP			965h	585h	380h				
CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL									
7º PERÍODO CURRICULAR									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Semântica e pragmática da Libras		60h	45h	15h			60h	
2	Análise do discurso		60h	45h	15h			60h	
3	Literatura da Amazônia: fundamentos e práticas		45h	35h	10h			45h	
4	Metodologia da Pesquisa em Educação		30h	15h	15h			30h	
5	Políticas Públicas da Educação		30h	15h	15h			30h	
6	Leitura e Escrita do Português como L2 para surdos		60h	45h	15h			60h	
7	Eletiva III		30h	15h	15h			30h	
8	TCC I		60h	45h	15h			60h	
9	Laboratório de Produção em Libras II		60h	45h	15h			60h	
10	ESO II - Ensino de Libras como L2		100h	20h	80h			100h	
CH TOTAL DO PERÍODO			535h	325h	210h				
8º PERÍODO CURRICULAR									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Semiótica		45h	35h	10h			45h	
2	Estudos das Relações Étnico-raciais da Sociedade Brasileira		45h	35h	10h			45h	
3	Educação em Direitos Humanos		30h	15h	15h			30h	

4	Metodologia do Ensino de Português como L2 para surdos		60h	45h	15h			60h	
5	TCC II		60h	45h	15h			60h	
6	Eletiva IV		30h	15h	15h			30h	
7	Seminário Acadêmico em Libras – SEMINAL		120h	10h	110h			120h	
CH TOTAL DO PERÍODO			390h	200h	190h			390h	
CH TOTAL DO CFP			925h	525h	400h				
....	Atividades Acadêmicas Curriculares	AC	200h	-----	-----	-----	variável *	-----	-----
...	Enade	Situação regular inscrita no Histórico Escolar do discente da Ufra – Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento (Art. 5, § 5º do SINAES, 2004).							

*A extensão em ACE é descrita como variável por estabelecer em cômputo de AC especificidade de extensão variável, sem limite de CH/porcentagem em relação aos demais tipos de atividades integrantes de AC. Caso o PPC estabeleça a CH/porcentagem da extensão em AC, deverá ser descrita em estrutura curricular.

RESUMO DA ESTRUTURA CURRICULAR

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição Total de CH por natureza)					
Classificação / Tipos	CH TOTAL		Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC**	
Disciplina (Letivas e Eletivas)/ Atividades Acadêmicas Curriculares (ESO, TCC e AC)	HORA AULA	%	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
Disciplinas Letivas (Obrigatórias)	2790h		1995h	795h		-----	3310h	
Disciplinas Eletivas (Optativas)	120h		60h	60h	-----	-----	120h	
ESO	400h		80h	320h	-----	-----	400h	
TCC	120h		90h	30h	-----	-----	200h	
AC	200h		-----	-----	-----	variável	200h	-----
CH TOTAL de CURSO (Hora-aula)	3430h	-----	2225h	1205h	-----	variável	-----	-----
CH TOTAL de CURSO (%)	-----	100%	-----	-----	-----	variável	-----	-----
			100%		Mínimo 10%		100%	

**A referência de CH e % da modalidade de ensino dos CCs é descrita em PPI com diferença de acordo com a modalidade de curso.

1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES

Considerar o Indicador 1.5 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Aqui, apenas, descrever de maneira geral atendendo ao indicador.

O detalhamento dos conteúdos curriculares com suas respectivas ementas por componente curricular é na Parte III: Relatório de Adequação de Bibliografia.

1.6 METODOLOGIA

Considerar o Indicador 1.6 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Incluir na metodologia o percurso de formação em regime regular e/ou modular.

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado.

NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

Considerar o Indicador 1.7 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – relação com a rede de escolas da educação básica

Obrigatório para licenciaturas.

NSA para os demais cursos.

Considerar o Indicador 1.8 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - relação teoria e prática

Obrigatório para licenciaturas.

NSA para os demais cursos

Considerar o Indicador 1.9 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares.

NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

Considerar o Indicador 1.10 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC.

NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

Considerar o Indicador 1.11 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.12 APOIO AO DISCENTE

Considerar o Indicador 1.12 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Considerar o Indicador 1.13 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

Exclusivo para curso com modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016).

Considerar o Indicador 1.14 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

Exclusivo para curso com modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016).

Considerar o Indicador 1.15 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Considerar o Indicador 1.16 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Exclusivo para curso com modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016).

Considerar o Indicador 1.17 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO

NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.

Considerar o Indicador 1.18 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Considerar o Indicador 1.19 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.20 NÚMERO DE VAGAS

Considerar o Indicador 1.20 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Obrigatório para licenciaturas.

NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC

Considerar o Indicador 1.21 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS)

Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

Considerar o Indicador 1.22 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE

Obrigatório para licenciaturas.

NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC

Considerar o Indicador 1.23 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

Obrigatório para licenciatura

NSA para os demais cursos

Considerar o Indicador 1.24 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Considerar o Indicador 2.1 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Exclusivo para curso com modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016).

Considerar o Indicador 2.2 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

Considerar o Indicador 2.3 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

Considerar o Indicador 2.4 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Considerar o Indicador 2.5 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

QUADRO RESUMO DE CORPO DOCENTE DO CURSO DE X

Nº	Docente	Titulação	Formação	Regime de Trabalho	Componente Curricular	CH/ Período curricular	Exp. Profissional do Docente (anos)	Exp. no Exercício da Docência Superior (anos)	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (últimos 3 anos)

2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Considerar o Indicador 2.6 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Informações a serem preenchidas no quadro de corpo docente.

2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Excluída a experiência no exercício da docência superior

NSA para cursos de Licenciatura.

Considerar o Indicador 2.7 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas

As informações quantitativas devem ser preenchidas no quadro resumo de corpo docente.

2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Obrigatório para os cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação profissional, científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.

Considerar o Indicador 2.8 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas

As Informações quantitativas devem ser preenchidas no quadro resumo de corpo docente, acrescentando uma coluna para Experiência Docente na Educação Básica, se for o caso.

2.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Considerar o Indicador 2.9 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas

As Informações quantitativas devem ser preenchidas no quadro resumo de corpo docente.

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

NSA para cursos totalmente presenciais

Considerar o Indicador 2.10 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas.

As Informações quantitativas devem ser preenchidas no quadro resumo de experiência do corpo docente em EaD.

QUADRO RESUMO DE EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE EM EaD DO CURSO DE X							
Nº	Docente	Titulação	Formação	Regime de Trabalho	Componente Curricular	CH/ Período curricular	Exp. no Exercício da Docência na EaD (anos)

2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

NSA para cursos totalmente presenciais

Considerar o Indicador 2.11 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Informações a serem preenchidas no quadro de experiência da tutoria na EaD.

QUADRO DE EXPERIÊNCIA DA TUTORIA EM EaD DO CURSO DE X							
Nº	Docente	Titulação	Formação	Regime de Trabalho	Componente Curricular	CH/ Período curricular	Exp. no Exercício da Tutoria na EaD (anos)

2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

Considerar o Indicador 2.12 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

NSA para cursos totalmente presenciais

Considerar o Indicador 2.13 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas.

As Informações quantitativas devem ser preenchidas no quadro resumo de experiência de tutoria em EaD.

2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Exclusivo para curso com modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016).

Considerar o Indicador 2.14 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas.

As Informações quantitativas devem ser preenchidas no quadro de experiência de tutoria em EaD.

2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS - QUANDO FOR O CASO - E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

Exclusivo para curso com modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016).

Considerar o Indicador 2.15 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Inserir informações qualitativas

As informações quantitativas devem conter a descrição sobre a interação entre corpo de tutores EaD, docentes e coordenadores; também baseado no quadro de experiência de tutoria em EaD.

2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Considerar o Indicador 2.16 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

Informações a serem preenchidas no quadro de corpo docente.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Considerar o Indicador 3.1 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

Considerar o Indicador 3.2 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

NSA para IES que possuem espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso

Considerar o Indicador 3.3 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.4 SALAS DE AULA

NSA para cursos a distância que não preveem atividades presenciais na sede

Considerar o Indicador 3.4 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Considerar o Indicador 3.5 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

Considerar o Indicador 3.6 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

A especificação da Bibliografia Básica de acordo com suas respectivas ementas/conteúdos curriculares por cada componente curricular é na Parte III: Relatório de Adequação de Bibliografia.

Aqui, apenas, para descrever o que se pede no indicador 3.6, tendo como referência os tipos de acervos físicos e digitais, quantidade de títulos e exemplares/acessos informados de maneira geral em PPI e adequados ao curso.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

Considerar o Indicador 3.7 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

A especificação da Bibliografia Complementar de acordo com suas respectivas ementas/conteúdos curriculares por cada componente curricular é na Parte III: Relatório de Adequação de Bibliografia.

Aqui, apenas, para descrever o que se pede no indicador 3.6, tendo como referência os tipos de acervos físicos e digitais, quantidade de títulos e exemplares/acessos informados de maneira geral em PPI e adequados ao curso.

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.

Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos (cuja informação deve estar disponível na sede da instituição).

Considerar o Indicador 3.8 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC.

Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos (cuja informação deve estar disponível na sede da instituição).

Considerar o Indicador 3.9 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.10 LABORATÓRIO DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN.

NSA para os demais cursos

Considerar o Indicador 3.10 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.11 LABORATÓRIO DE HABILIDADES

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC.

NSA para os demais cursos

Considerar o Indicador 3.11 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC –

NSA para os demais cursos

Considerar o Indicador 3.12 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.13 BIOTÉRIOS

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC –

NSA para os demais cursos.

Considerar o Indicador 3.13 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.

Considerar o Indicador 3.14 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

Obrigatório para os cursos de direito, desde que contemplado no PPC –

NSA para os demais cursos.

Considerar o Indicador 3.15 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

Considerar o Indicador 3.16 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a utilização de animais em suas pesquisas.

Considerar o Indicador 3.17 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

Exclusivos para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

Considerar o Indicador 3.18 do Instrumento de Avaliação do MEC (2017) – referência, prioritária, conceito 5.

PARTE III – RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA

I – Acervos Bibliográficos no Âmbito da Ufra

1.1 Política de Acesso aos Acervos Bibliográficos da Ufra

(Texto sugestivo padrão da Redeteca Ufra, contém os itens do indicador de avaliação, podendo ser atualizado).

A Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) apresenta a política de acervos físicos e digitais, como o de acesso dos usuários da biblioteca a acervo físico, banco de dados do Sistema de Gerenciamento Bibliográfico On-line.

O limite de itens emprestados e os prazos de devolução variam, conforme a categoria do usuário e o tipo de material em questão e normas específicas de cada Campus Ufra.

O acesso pode ser realizado de segunda a sexta-feira, nos horários de 8h às 21h, o usuário, devidamente cadastrado, poderá acessar os seguintes serviços: consulta local ao acervo; pesquisa no catálogo on-line; empréstimo de obras do acervo da biblioteca; renovação de empréstimos de obras do acervo da biblioteca; devolução de obras do acervo da biblioteca; orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos; elaboração de fichas catalográficas; acesso à rede mundial de computadores através do Centro de Aprendizagem Virtual; acesso ao portal de Periódicos da Capes; treinamento para a utilização do referido

portal; computação bibliográfica; treinamento de usuários; reprografia; empréstimo entre instituições.

As bibliotecas da Ufra oferecem aos seus usuários orientações quanto à elaboração de trabalhos acadêmicos. O serviço pode ser agendamento pelo e-mail: biblioteca@ufra.edu.br.

Os usuários não cadastrados na biblioteca poderão consultar e fazer uso do acervo presencialmente na biblioteca. A partir de qualquer computador com acesso à rede mundial de computadores é possível ao usuário acessar o catálogo On-line da biblioteca no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bc.ufra.edu.br/>.

A política de acesso aos acervos bibliográficos da Ufra apresenta em sua composição: Acesso à internet; Orientação ao usuário; Consulta ao Sistema Gnuteca; Normalização de trabalhos; Divulgação e doação de publicação; Disseminação Seletiva da Informação; Exposição de eventos.

A partir dos terminais de computadores da biblioteca e da Ufra ou por meio da rede CAFÉ, os membros da comunidade acadêmica têm acesso gratuito e irrestrito a todo conteúdo do Portal de Periódicos da Capes, com textos completos de artigos de periódicos e consulta a diversas bases de dados com referências e resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Os usuários podem acessar os seguintes endereços eletrônicos

O acesso aos acervos Bibliográficos da Ufra pode ser realizado através dos seguintes endereços eletrônicos:

Biblioteca Ufra: Campus Belém: <https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/>; Campus Capanema: <https://capanema.ufra.edu.br/biblioteca/>; Campus Capitão Poço: <https://bibliotecacp.ufra.edu.br/>; Campus Paragominas: <https://bibliotecapgm.ufra.edu.br/index.php?lang=en>; Campus Parauapebas: https://parauapebas.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1581:biblioteca&catid=2&Itemid=485; e Campus Tomé-Açu: <https://biblioteca-ta.ufra.edu.br/>.

Site periódicos Capes: <http://www.periodicos.capes.gov.br>;

O acervo da Biblioteca Virtual da Ufra poderá ser acessado através do link: <https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Ebook/Ebooks.pdf>.

Não é necessário registro para acessar a Biblioteca Virtual da Ufra, que possui acesso ilimitado. Para garantir o acesso físico dos acervos virtuais, a Ufra disponibiliza aos seus usuários e comunidade externa, instalações e recursos tecnológicos, que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, como: O Centro de Aprendizagem Virtual possui 46 (quarenta e seis) computadores (sendo 6 destes reservados para a acessibilidade) que tem por finalidade o acesso à rede mundial de computadores para pesquisas acadêmicas e digitação de trabalhos acadêmicos. Oferta também terminais de computador; Sala de estudo dirigido, Acesso à

internet; Orientação ao usuário.

(Acrescentar também situação no Campus quando for o caso)

1.2 Acervos Tombados e Informatizados da Ufra

(Texto sugestivo padrão da Redeteca Ufra, contém os itens do indicador de avaliação, podendo ser atualizado).

Sob esse aspecto, o acervo de livros adquiridos por compra, encontra-se devidamente tombado no Setor de Patrimônio da instituição, informatizado e disponibilizado On-line no Sistema de Gerenciamento do Acervo - Gnuteca no seguinte endereço eletrônico: <http://www.bc.ufra.edu.br/>; sistema em processo de transição para o módulo Biblioteca Sigaa. Os acervos digitais não apresentam contrato de acesso ininterrupto pelos usuários. No entanto, os acervos digitais utilizados pela Ufra são de acesso livre e ininterrupto.

Os acervos bibliográficos são tombados e informatizados em sistema da Ufra, como: os acervos físicos, adquiridos por Compra (mediante processo licitatório), Permuta (troca de obras entre Bibliotecas) e Doação (a partir de uma avaliação prévia dos materiais a serem doados e assinatura do Termo de Doação a ser preenchido e assinado pela pessoa física ou jurídica que deseja doar materiais a esta Biblioteca).

A produção científica da Universidade elaborada por discentes, técnicos administrativos e docentes são entregues na biblioteca em formato PDF (Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, dissertações e teses) em mídia eletrônica (CD ou via e-mail: bdta.ufra@gmail.com; repositorio@ufra.edu.br; riufra@gmail.com) para incorporação na Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos (BDTA) e Repositório Institucional (RIUFRA), respectivamente. Todo título de livro apresenta exemplar reservado para consulta local.

II – Acervos Bibliográficos no Âmbito do Curso

O acervo da bibliografia básica e complementar do curso de X da Ufra está adequado em relação às Unidades Curriculares (UC) e aos conteúdos descritos nesse Relatório de Adequação de Bibliografia como documento integrante do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e está atualizado, considerando a natureza das UC.

O Núcleo Docente Estruturante Docente (NDE) ao assinar e referendar este Relatório de Adequação de Bibliografia, comprova a compatibilidade de cada bibliografia básica e complementar da UC quanto ao número

de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo., para garantir uma bibliografia atualizada com títulos físicos e digitais, fundamentais ao curso, com vistas a obras atualizadas.

Os acervos digitais apresentam acesso virtual, oriundos de: assinaturas de acesso a plataformas de acervos digitais, repositórios bibliográficos da Ufra, repositórios bibliográficos de cursos, entre outros.
(Especificar no curso...)

Os acervos bibliográficos básicos e complementares dos cursos de graduação podem ser físicos e digitais, atualizados dentro dos últimos 5 (cinco) anos, podendo ocorrer a utilização de obras de anos anteriores; desde que sejam relevantes, clássicas das áreas dos cursos e, devidamente, justificados em Relatório de Adequação de Bibliografia pelo NDE, conforme Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

No âmbito do curso de X, os acervos da Bibliografia Básica e Complementar são:

2.1 Acervos da Bibliografia Básica

Os acervos podem ser físicos e digitais, onde os acervos físicos devem atender, o mínimo de 10 exemplares para cada título da bibliografia básica.

A Bibliografia Básica, obrigatoriamente, apresenta 3 (três) títulos em cada componente curricular.

No âmbito do curso de X, de 3(três) títulos... (especificar de acordo com o tipo de modalidade de curso qual a opção sobre o tipo de acervo físico e/ou digital)

Conforme modalidade e especificar no curso:

Em curso de modalidade presencial: De 3(três) títulos, todos podem ser físicos ou, no máximo, 1 (um) digital.

Em curso de modalidade presencial com até 10% EaD: De 3(três) títulos, são 2 (dois) físicos e 1(um) digital.

Em Curso de modalidade EaD: De 3(três) títulos, todos podem ser digitais ou, no mínimo, 2 (dois) devem ser digitais.

2.2 Acervos da Bibliografia Complementar

Os acervos podem ser físicos e digitais, onde os acervos físicos devem atender, o mínimo de 10 exemplares para cada título da bibliografia complementar.

A Bibliografia Complementar, obrigatoriamente, apresenta 5 (cinco) títulos em cada componente

curricular.

No âmbito do curso de X, de 5 (cinco) títulos... (especificar de acordo com o tipo de modalidade de curso qual a opção sobre o tipo de acervo físico e/ou digital)

No âmbito do curso de X, de 5 (cinco) títulos... (especificar de acordo com o tipo de modalidade de curso qual a opção sobre o tipo de acervo físico e/ou digital)

Conforme modalidade e especificar no curso:

Em curso de modalidade presencial: De 5(cinco) títulos, todos podem ser físicos ou, no máximo, 2 (dois) digitais.

Em cursos de modalidade presencial com até 10% EaD: De 5(cinco) títulos, são 3 (três) físicos e 2(dois) digitais.

Em curso de modalidade EaD: De 5(cinco) títulos, todos podem ser digitais ou, no mínimo, 3 (três) devem ser digitais.

2.3 Quantitativo de Acervos da Bibliografia Básica e Complementar do Curso

Quantidade de Títulos do Acervo da Bibliografia Básica

Os acervos físicos totalizam: x títulos/x exemplares.

Os acervos digitais totalizam: x títulos/x plataformas digitais.

Quantidade de Títulos do Acervo da Bibliografia Complementar

Os acervos físicos totalizam: x títulos/x exemplares.

Os acervos digitais totalizam: x títulos/x plataformas digitais.

Quantidade de Títulos do Acervo da Bibliografia Básica e Complementar

Os acervos físicos totalizam: x títulos/x exemplares.

Os acervos digitais totalizam: x títulos/plataformas digitais.

III – Matriz Curricular – Representação gráfica da Estrutura Curricular apresentada na PARTE II-PPC

Obs.: 1-A descrição de natureza didático pedagógica quanto à dimensão de conhecimento (Teórica e/ou Prática) deve estar em todos os componentes de todas as modalidades de curso.

2-A inclusão de natureza didático-pedagógica quanto à extensão deve estar apenas nos CCs de DCE.

3-A inclusão de natureza didático-pedagógica quanto à modalidade de ensino do CC deve estar em todos os CCs nas modalidades de curso presencial (até 10% EaD) ou EaD.

Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras Libras - Modalidade Presencial

CICLO DE FORMAÇÃO GERAL		CICLO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA				CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Introdução aos Estudos Linguísticos: 60H T: 45H + P: 15H	Fonética e Fonologia do Português: 60H T: 45H + P: 15H	Fonética e Fonologia da Libras: 60H T: 45H + P: 15H	Morfologia da Libras: 60H T: 45H + P: 15H	Sintaxe da Libras: 60H T: 45H + P: 15H	Sociolinguística: 60H T: 45H + P: 15H	Semântica e pragmática da Libras: 60H T: 45H + P: 15H	Semiótica: 45H T: 35H + P: 10H
Introdução à Libras: 45H T: 35H + P: 10H	Libras Intermediário: 45H T: 35H + P: 10H	Morfologia do Português: 60H T: 45H + P: 15H	Sintaxe do Português: 60H T: 45H + P: 15H	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas: 45H T: 35H + P: 10H	Estudos da Tradução e da Interpretação da Libras na Área Educacional: 60H T: 45H + P: 15H	Análise do discurso: 60H T: 45H + P: 15H	Estudos das Relações Étnico-raciais da Sociedade Brasileira: 45H T: 35H + P: 10H
Teoria Literária I: 45H T: 35H + P: 10H	Teoria Literária II: 45H T: 35H + P: 10H	Libras Avançado: 45H T: 35H + P: 10H	Literatura Portuguesa: fundamentos e práticas: 45H T: 35H + P: 10H	Literatura Brasileira: fundamentos e práticas: 45H T: 35H + P: 10H	Tecnologias para Educação de Surdos: 45H T: 35H + P: 10H	Literatura da Amazônia: fundamentos e práticas: 45H T: 35H + P: 10H	Educação em Direitos Humanos: 30H T: 15H + P: 15H
Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação: 45H T: 35H + P: 10H	Fundamentos histórico-filosóficos da educação de surdos: 45H T: 35H + P: 10H	Literatura Visual: 45H T: 35H + P: 10H	Literatura Surda: 45H T: 35H + P: 10H	Metodologia do Ensino da Literatura Visual e Surda: 45H T: 35H + P: 10H	Semântica e Pragmática do Português: 60H T: 45H + P: 15H	Metodologia da Pesquisa em Educação: 30H T: 15H + P: 15H	Metodologia do Ensino de Português como L2 para surdos: 60H T: 45H + P: 15H
Psicologia da Educação: 45H T: 35H + P: 10H	Escrita de sinais: 60H T: 45H + P: 15H	Fundamentos Sócio-antropológicos da educação: 45H T: 35H + P: 10H	Educação especial e inclusiva: 45H T: 35H + P: 10H	Educação Bilíngue como modalidade de Ensino para Surdos: 45H T: 35H + P: 10H	Cultura, Identidade e Diversidade Surda: 45H T: 35H + P: 10H	Políticas Públicas da Educação: 30H T: 15H + P: 15H	TCC II: 60H T: 45H + P: 15H
Introdução à Escrita De Sinais: 60H T: 45H + P: 15H	Planejamento e avaliação educacional: 45H T: 35H + P: 10H	Aquisição da Linguagem: 45H T: 35H + P: 10H	Metodologia do Ensino de Libras como L1: 60H T: 45H + P: 15H	Políticas Linguísticas para Surdos: 30H T: 15H + P: 15H	Português como L2 para Surdos: 45H T: 35H + P: 10H	Leitura e Escrita do Português como L2 para surdos: 60H T: 45H + P: 15H	Eletiva IV: 30H T: 15H + P: 15H
Metodologia do	Leitura e Produção	Didática: 45H	Laboratório de	Metodologia do	Eletiva II: 30H	Eletiva III: 30H	Seminário Acadêmico

Trabalho Científico: 45H T: 35H + P: 10H	de textos Acadêmicos: 45H T: 35H + P: 10H	T: 35H + P: 10H	Produção em Libras I: 60H T: 45H + P: 15H	Ensino de Libras como L2: 60H T: 45H + P: 15H	T: 15H + P: 15H	T: 15H + P: 15H	em Libras – SEMINAL: 120H T: 10H + P: 110H
		Práticas Extensivas em Libras I: 30H T: 15H + P: 15H	ESO I – Estágio na Educação Especial: 100H CHT: 20H + CHP: 80H	Eletiva I: 30H T: 15H + P: 15H	Práticas Extensivas em Libras III: 30H T: 15H + P: 15H	TCC I: 60H T: 45H + P: 15H	
				Práticas Extensivas em Libras II: 30H T: 15H + P: 15H	ESO III – Ensino da Libras como L1: 100H T: 20H + P: 80H	Laboratório de Produção em Libras II: 60H T: 45H + P: 15H	
				ESO II – Literatura Surda: 100H T: 20H + P: 80H		ESO IV – Ensino de Libras como L2: 100H T: 20H + P: 80H	
CHT: 345H	CHT: 345H	CHT: 375H	CHT: 475H	CHT: 490H	CHT: 475H	CHT: 535H	CHT: 390H
CHT DO CICLO FG: 690H		CHT DO CICLO FG: 1815H				CHT DO CICLO FG: 925H	

CHT DO CURSO: 3630H		
COMPONENTES CURRICULARES		CH
DISCIPLINAS	LETIVAS (obrigatórias)	2790H
	ELETIVAS (optativas e obrigatórias)	120H
ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES	ESO I, II, III e IV	400H
	TCC I e II	120H
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200H
ENADE	Art. 5, § 5º do SINAES (Lei nº10.861/2004)	

V – Programa de Componentes Curriculares – Identificação e Pré-requisitos; Carga Horária; Objetivos e Metodologia; Ementa e Conteúdo programático; e Bibliografia Básica e Complementar

QUADRO DE PROGRAMA DE COMPONENTES CURRICULARES

IDENTIFICAÇÃO									
Código:		Componente Curricular: Fundamentos Históricos-Filosóficos Da Educação					Período: 1º Período		CH: 45H
Relação entre Componentes Curriculares									
Código:		Componente Curricular					Período:		CH
CARGA HORÁRIA									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letivo	45H	45H	-	-	-	45H	-
OBJETIVOS									
Objetivo Geral		Apreender os fundamentos históricos e filosóficos da educação, seus reflexos e contribuições para a educação brasileira e para o trabalho docente.							
Objetivos Específicos		Compreender o desenvolvimento histórico da educação e as principais correntes filosóficas que orientam o pensamento educacional brasileiro; Estudar as relações e contribuições dos conhecimentos históricos e filosóficos para a educação.							
METODOLOGIA									
A disciplina será desenvolvida em uma perspectiva dialógica de produção de conhecimentos, tendo como elementos mediadores do diálogo: leituras dos referenciais teóricos para participação nas aulas expositivas dialogadas, leituras dirigidas, trabalhos e leituras em grupos e utilização de vídeos sobre os temas abordados.									
EMENTA									
A concepção de Educação. Conceito de Filosofia da Educação e História da Educação As relações e contribuições dos conhecimentos históricos e filosóficos para a educação. A Educação na Antiguidade: O pensamento educacional de Sócrates, Platão e Aristóteles. A Educação na Idade Média sob a influência da igreja. A Educação na Idade Moderna e na contemporaneidade: questões históricas e filosóficas. A história da Educação Brasileira: dos jesuítas aos aspectos contemporâneos.Tendências e correntes filosóficas da educação: repercussões e influências na educação brasileira.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
UNIDADE I: A concepção de Educação. Conceito de Filosofia da Educação e História da Educação As relações e contribuições dos conhecimentos históricos e filosóficos para a educação.									

A Educação na Antiguidade através da influência greco-romana: O pensamento educacional de Sócrates, Platão e Aristóteles

A Educação na Idade Média sob a influência da igreja: o pensamento pedagógico de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

UNIDADE II: A Educação na Idade Moderna e na contemporaneidade

A educação no renascimento e no humanismo

O projeto educativo da modernidade: a reforma liberal e a educação.

Educação na contemporaneidade: desafios e perspectivas.

UNIDADE III: A Educação brasileira: filosofia e história

A história da Educação Brasileira: dos jesuítas aos aspectos contemporâneos.

As contribuições das ideias pedagógicas sob o enfoque das teorias e correntes filosóficas para a educação.

Teorias, tendências e correntes filosóficas da educação: repercussões e influências na educação brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ARANHA, M. L. de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. Disponível em: www.edoc.site/historia-da-educacao-e-da-pedagogia-pdf-1-5-pdf-free-html.

Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. Disponível em: <http://faesf.com.br/wp-content/uploads/2018/12/59407821-ARANHA-Maria-Lucia-de-A-Filosofia-da-educacao.pdf>.

MANACORDA. Mário Alighiero. História da Educação da Antiguidade aos nossos dias. 3 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

Complementar

ARANHA, M. L. de A. História da Educação. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

GUIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia e História da Educação brasileira. Barueri, SP: Manole, 2003.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. História da Educação: De Confúcio a Paulo Freire. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=aWZhYy5lZHUuYnJ8cmFpbXVuzG8tZ291dmVpYS1kYS1zaWx2YXxneDo2YWE3YjMyZGExODAxYmUy>.

ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil. São Paulo: Moraes, 2001. .

SUCHODOLSKI,, Bogdan. A Pedagogia e as Grandes Correntes Fillosoficas: A Pedagogia da Essência e a Pedagogia da Existência. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. Disponível em:

https://gepel.furg.br/images/SUCHODOLSKI__A_PEDAGOGIA_E_AS_GRANDES_CORRENTES_FILOSOFICA_HQ.pdf.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular: Psicologia da Educação	Período: 1º Semestre	CH: 45H
---------	--	-------------------------	---------

Relação entre Componentes Curriculares

Código:		Componente Curricular				Período:		CH	
CARGA HORÁRIA									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	45H	36H	9H			45H	
OBJETIVOS									
Objetivo Geral Estudar e investigar os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e suas implicações à prática pedagógica.									
Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none">• Identificar as relações entre a Psicologia e a Educação;• Investigar as teorias sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano;• Compreender a importância das pesquisas no campo da educação com os fundamentos na Psicologia;• Analisar os principais pressupostos teóricos-metodológicos da Psicologia da Educação.									
METODOLOGIA									
As atividades serão realizadas tendo o apoio do SIGAA para que sejam anexados textos, links de vídeos e slides. As aulas serão expositivas e dialogadas, para que os alunos tirem dúvidas e participem ativamente de modo a construirmos um ambiente crítico-reflexivo e para que isso aconteça é indispensável a leitura prévia dos textos. Poderá ter também, discussões através de fóruns e enquetes no SIGAA, caso seja necessário, pois assim os alunos podem adicionar textos e links de vídeos e podcasts para enriquecer a discussão sobre determinado tema. Além disso, outros procedimentos farão parte como: atividades individuais e/ou grupais como, seminários, quiz e tarefas de assimilação de conteúdos e estudos dirigidos.									
EMENTA									
Psicologia: objeto de estudo. Visão histórica e atual da Psicologia. Diferentes abordagens da psicologia. O papel da Psicologia no contexto escolar. As relações entre psicologia, educação e a sociedade. Importância dos estudos e pesquisas em torno do desenvolvimento cognitivo, sócio-emocional, da aprendizagem e da motivação. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento humano nas dimensões afetiva, sócio-cultural e cognitiva.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
Unidade I – Psicologia da Educação: seu campo de estudo. 1.1. O objeto de estudo da Psicologia da Educação; 1.2. Um breve histórico: a Psicologia Experimental e a Psicometria; 1.3. Contribuições da Psicologia para o entendimento do contexto educativo. Unidade II – Principais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. 2.1. O comportamentalismo de Skinner e sua aplicação crítica à Educação; 2.2. A Teoria Psicogenética de Jean Piaget; 2.3. A Teoria Sócio-histórica de L. S. Vygotsky;									

2.4. Wallon: desenvolvimento integral e aprendizagem.
 Unidade III - Habilidades sociais e desenvolvimento socioemocional
 3.1. Ensino-aprendizagem-desenvolvimento e mediação do professor

BIBLIOGRAFIA

Básica

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação. 3. ed. Cortez, 2010. (Trata-se de um clássico na área)

FONTANA, R; CRUZ, N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997. (Trata-se de um clássico na área)

SALVADOR, C. C. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (Trata-se de um clássico na área)

Complementar

BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BOCK, A. M; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Sariva, 1999.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEL PRETTE A.; DEL PRETTE Z. A. P. Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo. 11. ed. RJ:Vozes, 2014;

DEL PRETTE Z. A. P.; DEL PRETTE A. Habilidades sociais e desenvolvimento socioemocional na escola: manual do professor. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular: Didática	Período: 3º Semestre	CH: 45H
Relação entre Componentes Curriculares			
Código:	Componente Curricular	Período:	CH

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	45H	36H	9H				

OBJETIVOS

Objetivo Geral
 Compreender as várias correntes pedagógicas na educação no decorrer da história e suas implicações na prática pedagógica para situar o profissional da Educação no cotidiano escolar a partir da contribuição da

Didática. Analisar as situações reais no campo Educacional e especificamente no processo ensino aprendizagem, dentro de um contexto Socioeconômico, histórico, político e cultural. Desenvolver atividades pedagógicas de Planejamento, execução e avaliação.
Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a construção da didática no decorrer da história, situando a prática pedagógica no contexto das relações entre educação e sociedade; • Elaborar e aplicar instrumentos para planejar, executar e avaliar o processo ensino-aprendizagem.
METODOLOGIA
As atividades serão realizadas tendo o apoio do SIGAA para que sejam anexados textos, links de vídeos e slides. As aulas serão expositivas e dialogadas, para que os alunos tirem dúvidas e participem ativamente de modo a construirmos um ambiente crítico-reflexivo e para que isso aconteça é indispensável a leitura prévia dos textos. Poderá ter também, discussões através de fóruns e enquetes no SIGAA, caso seja necessário, pois assim os alunos podem adicionar textos e links de vídeos e podcasts para enriquecer a discussão sobre determinado tema. Além disso outros procedimentos farão parte como: atividades individuais e/ou grupais como, seminários, quiz e tarefas de assimilação de conteúdos e estudos dirigidos.
EMENTA
A Didática no processo ensino-aprendizagem: concepções teóricas. Pressupostos teórico metodológicos numa perspectiva histórico-crítica da educação. Professores e alunos como sujeitos socioculturais. Interdisciplinaridade curricular. Transposição didática. Planejamento educacional: tipos de plano e seus componentes essenciais. Cotidiano escolar: dimensões e processos. Problematisação e avaliação da prática pedagógica. Ensino-pesquisa no processo de sala de aula na escola. As relações entre a prática pedagógica, o sucesso e o fracasso escolar.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade I – A trajetória histórica da Didática, a função social da escola e as tendências pedagógicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O objeto de estudo da Didática: o processo ensino-aprendizagem; - A relação pedagógica e a interação professor-aluno-conhecimento; - A Pedagogia Liberal e as escolas: tradicional, nova e tecnicista; - A Pedagogia Progressista presente nas tendências: libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. <p>Unidade II – A prática e o fazer pedagógico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interdisciplinaridade; - Conteúdos escolares e de aprendizagem; - Metodologia, procedimentos e técnicas de ensino; - Planejamento Educacional: tipos de planos; - Avaliação da aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA
Básica ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 2014. CANDAU, Vera Maria (Org). A didática em questão. 36a ed. Petrópolis: Vozes, 2014. CANDAU, Vera Maria (Org). Rumo a uma nova didática. 24a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
Complementar CANDAU, Vera Maria (Org.). Reinventar a Escola. 8a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2013. OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). A reconstrução da didática: elementos teóricos-metodológicos. 4a

ed. Campinas: Papyrus, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e interdisciplinaridade. 17a ed. Campinas: Papyrus, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular: Educação Especial e Inclusiva	Período: 4º Período	CH: 45H
Relação entre Componentes Curriculares			
Código:	Componente Curricular	Período:	CH

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	45H	45H	-	-	-	45H	-

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender os fundamentos históricos e legais da Educação Especial e Inclusiva, os modelos de atendimento e paradigmas que os sustentam e suas implicações ao trabalho docente e à organização do trabalho pedagógico de modo a favorecer o processo de aprendizagem do público-alvo da educação especial.

Objetivos Específicos

- Analisar as questões educacionais e escolares relacionadas ao público-alvo da educação especial em contextos inclusivos e bilíngues (Libras/Português).
- Criar estratégias, recursos, materiais, atividades didáticas e avaliativas que contemplem as especificidades do processo de aprendizagem do público-alvo da educação especial.

METODOLOGIA

As atividades serão realizadas tendo o apoio do SIGAA para que sejam anexados textos, links de vídeos e slides. As aulas serão expositivas e dialogadas, para que os alunos tirem dúvidas e participem ativamente de modo a construirmos um ambiente crítico-reflexivo e para que isso aconteça é indispensável a leitura prévia dos textos. Poderá ter também, discussões através de fóruns e enquetes no SIGAA, caso seja necessário, pois assim os alunos podem adicionar textos e links de vídeos e podcasts para enriquecer a discussão sobre determinado tema. Além disso outros procedimentos farão parte como: atividades individuais e/ou grupais como, seminários, quiz e tarefas de assimilação de conteúdos e estudos dirigidos e

visitas técnicas.
EMENTA
História, políticas, legislação e tendências da educação especial e inclusiva na Educação Básica. Família, escola e o processo de inclusão. Princípios norteadores e modelos de atendimento às pessoas com deficiência. Público-alvo da educação especial e suas características linguísticas e biopsicossociais. Atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva. Ensino colaborativo. Planejamento Educacional Individualizado. Flexibilização e Adequação Curricular.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Unidade I – Educação Especial e Inclusiva. 1.1. Adaptação Familiar e Estigma Social; 1.2. Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência; 1.3. Políticas de Inclusão: implicações e contradições; Unidade II – Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas 2.1. Atendimento Educacional Especializado (AEE); 2.2. Ensino Colaborativo; 2.3. Planejamento Educacional Individualizado (PEI).
BIBLIOGRAFIA
Básica MAZZOTTA, M. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2011. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo um mundo para todos. Coleção Inclusão. 8a ed. Rio de Janeiro: VWA, 2010. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2007.
Complementar BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília: Brasil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm LACERDA, C. B. F. de (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCAR, 2018. LIMA, P. A.; VIEIRA, T. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006. MANTOAN, M. T. E. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 5a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, e230076, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076 .

IDENTIFICAÇÃO			
Código:	Componente Curricular: Linguística Aplicada Ao Ensino De Línguas	Período: 5º Período	CH: 45H
Relação entre Componentes Curriculares			
Código:	Componente Curricular	Período:	CH
CARGA HORÁRIA			

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	60H	45H	15H			60H	
OBJETIVOS									
Objetivo Geral Proporcionar aos estudantes do curso de Letras Libras uma compreensão aprofundada da Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, capacitando-os a aplicar princípios teóricos e metodológicos para o ensino efetivo de línguas. Além disso, busca-se desenvolver nos alunos uma consciência crítica em relação às questões de bilinguismo, diversidade linguística e políticas linguísticas, visando à promoção da inclusão e valorização da pluralidade linguística e cultural.									
Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as abordagens teóricas e metodológicas da Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas; - Analisar a relação entre linguagem, pensamento e desenvolvimento humano, explorando suas implicações para o ensino de línguas; - Identificar as contribuições da Linguística Aplicada para a prática pedagógica no ensino de línguas, considerando os desafios e responsabilidades do professor no contexto da comunidade surda; - Investigar os contextos bi/multilíngues e compreender o impacto da diversidade linguística no ensino de línguas, valorizando a pluralidade linguística e cultural; - Estudar o bilinguismo na comunidade surda, examinando as políticas linguísticas e a educação bilíngue para surdos; - Desenvolver práticas e estratégias pedagógicas específicas para o ensino de línguas na comunidade surda, por meio da elaboração de atividades didáticas adequadas e inclusivas. 									
METODOLOGIA									
A metodologia da disciplina envolve a organização dos conteúdos em unidades temáticas e a utilização de diversas estratégias pedagógicas. Será dada ênfase ao ensino de línguas, com atividades teóricas e práticas. Os alunos terão oportunidades de criar planos de aula, materiais inclusivos e aplicar atividades em sala de aula. A avaliação será contínua e abrangente, valorizando a participação e a reflexão crítica dos alunos para atuarem no ensino de línguas na comunidade surda.									
EMENTA									
Campo de estudo da Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas. Relação entre linguagem, pensamento e desenvolvimento humano e suas implicações para o ensino de línguas. Contribuições da Linguística Aplicada para a prática pedagógica no ensino de línguas. Desafios e responsabilidades do professor no contexto do ensino de línguas. Contextos Bi/Multilíngues e o impacto da diversidade linguística no ensino de línguas. Valorização da pluralidade linguística e cultural no ensino de línguas. Bilinguismo: estudo do bilinguismo na comunidade surda. Políticas linguísticas e educação bilíngue para surdos. Práticas e estratégias pedagógicas no ensino de línguas para a comunidade surda. Elaboração de atividades didáticas voltadas para o ensino de línguas.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
Unidade 1: Fundamentos da Linguística Aplicada Campo de estudo da Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas. Relação entre linguagem, pensamento e desenvolvimento humano e suas implicações para o ensino de									

línguas.

Contribuições da Linguística Aplicada para a prática pedagógica no ensino de línguas.

Desafios e responsabilidades do professor no contexto do ensino de línguas.

Unidade 2: Contextos Bi/Multilíngues e Diversidade Linguística

Conceitos e características dos contextos bi/multilíngues.

O impacto da diversidade linguística no ensino de línguas.

Valorização da pluralidade linguística e cultural no ensino de línguas.

Unidade 3: Bilinguismo e Surdez

Estudo do bilinguismo na comunidade surda.

Políticas linguísticas e educação bilíngue para surdos.

Práticas e estratégias pedagógicas no ensino de línguas para a comunidade surda.

Elaboração de atividades didáticas voltadas para o ensino de línguas na comunidade surda.

Unidade 4: Elaboração de atividades didáticas

Planejamento e desenvolvimento de atividades didáticas para o ensino de línguas.

Utilização de recursos e materiais adequados para o ensino de línguas.

Avaliação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem no contexto linguístico.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ALMEIDA FILHO, JCP & Barbirato, Rita C. "Ambientes Comunicativos para Aprender Língua Estrangeira". In Trabalhos de Lingüística Aplicada, Campinas: Editora da Unicamp, (vol. 36): 23-42, Jul. /Dez. 2000.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KLEIMAN, A. B. Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

SIGNORINI, I. Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEFFA, Vilson J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, Hilário; VANDRESEN, Paulino. (Org.). Tópicos de lingüística aplicada; o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis, 1988, v. 1, p. 211-236. http://www.leffa.pro.br/eale_hp/textos_docs/Metodologia_do_ensino_de_linguas.pdf

VILAÇA, Maria Luiza Corrêa. O material didático no ensino de língua estrangeira: Definições, Modalidades e Papéis. Rev. Instituto Humanidade. Volume VIII. Número XXX. Jul-set 2009.

MOURA, M. C. Libras em contexto: curso básico. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Complementar

GESSER, A. Libras? Que Língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. (Org.). Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Lingüística Aplicada: perspectivas para uma pedagogia crítica. Parábola, 2003.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular: Língua Portuguesa como L2 para surdos	Período: 6º Semestre	CH: 45H
----------------	--	--------------------------------	----------------

Relação entre Componentes Curriculares

Código:	Componente Curricular	Período:	CH
----------------	------------------------------	-----------------	-----------

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	45H	30H	15H	-	-	45H	-

OBJETIVOS**Objetivo Geral**

Compreender a educação bilíngue no processo de educacional de surdos e fundamentar teoricamente sobre os processos de aquisição da leitura e da escrita da Língua Portuguesa como segunda língua por alunos surdos, a fim de que os discentes tenham condições básicas de ensinar e avaliar a escrita do português de alunos surdos na educação básica.

Objetivos Específicos

- Entender a importância da educação bilíngue para o processo de ensino-aprendizagem do português pelo aluno surdo;
- Discutir as principais abordagens que embasam o ensino do Português para surdos no Brasil;
- Ensinar com estratégias adequadas o português como L2 para surdos;
- Avaliar a escrita do aluno surdo considerando a interlíngua.
- Produzir material didático acessível de português para alunos surdos.

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina estão organizados em eixos temáticos, os quais serão desenvolvidos por meio de aulas expositivos-dialogadas e debates e outros métodos necessários para o bom andamento da atividade curricular. Além disso, os alunos deverão colocar em prática o ensino do português para surdos e a avaliação de textos de alunos surdos.

EMENTA

Educação Bilíngue de surdos e seus objetivos. O estatuto da Língua Portuguesa na educação bilíngue. O Português como Segunda Língua na Educação Linguística de Surdos Brasileiros. Fundamentos da Aquisição do Português como L2 Escrito para Surdos. Estratégias para o Desenvolvimento da Leitura e da Escrita de Alunos Surdos com base no letramento. A interlíngua no processo de escrita do Português por surdos. Desenvolvimento da Competência Gramatical em L2 Escrita para Surdos; Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento da L2 Escrita para Surdos. Material didático bilíngue para o ensino de português L2 para surdos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – A educação bilíngue de surdos

- Objetivos, metas e debates sobre a educação bilíngue de surdos;
- O português L2 na educação bilíngue;
- Educação linguística de surdos e o ensino de Português
- Educação bilíngue enquanto modalidade de educação na LDB.

Unidade II – Ensino-aprendizagem do português L2 para surdos

- Aquisição do Português L2 por surdos;
- Processos de leitura do Português pelo educando;
- Estratégias para o ensino e aprendizagem da leitura na perspectiva do letramento.
- Produção de material didático acessível para a aprendizagem da leitura em português.

Unidade III – A escrita do aluno surdo

- O texto em português do aluno surdo;
- A interlíngua no processo de escrita do aluno surdo;
- Estratégias de ensino da escrita em português na perspectiva do letramento;
- Avaliação de texto em português escrito por surdos;
- Produção de material didático acessível para a aprendizagem da escrita em português.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ALMEIDA, D. L., & Lacerda, C. B. F. Meu aluno surdo vai aprender português? - Oficina de língua portuguesa como segunda língua para surdos. Local de publicação: Editora. 2022. Disponível em <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/livros/livro-meu-aluno-surdo-vai-aprender-portugues.pdf>

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001.

CARDOSO JÚNIOR, Waldemar dos Santos. Oficina pedagógica de escrita para surdos usuários da Libras. 2018. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/21137/2/Waldemar%20dos%20Santos%20Cardoso-Junior.pdf>. Acesso em: [data de acesso].

Complementar

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. 2014. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3120077/mod_folder/content/0/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI.pdf?forcedownload=1

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. O ensino do Português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, Edição Especial. n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/abstract/?lang=pt>.

SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Editora Mediação, v. 1, 2017.

SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: Interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Editora Mediação, v.2, 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Código:		Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa em Educação				Período: 7º Semestre		CH: 30H	
Relação entre Componentes Curriculares									
Código:		Componente Curricular Ter cursado Metodologia do Trabalho Científico				Período: 1º Semestre		CH: 45H	
CARGA HORÁRIA									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva		25H	5H			30H	
OBJETIVOS									
Objetivo Geral		Compreender a pesquisa educacional no âmbito das ciências humanas e sociais, fornecendo instrumentos teóricos e metodológicos para a prática de investigação do professor como pesquisador.							
Objetivos Específicos		Discutir as bases teóricas da pesquisa educacional considerando o contexto de sua produção e seu percurso histórico; Aprofundar estudos sobre os tipos de pesquisa em educação, procedimento metodológico e coleta de dados com foco em suas possibilidades e limites; Fornecer subsídios conceituais e práticos para a construção de propostas de pesquisa em educação.							
METODOLOGIA									
Aulas expositivo dialogadas envolvendo o estudo de trabalhos científicos, debates, seminários, produção de resumos, artigos e projetos de pesquisa em educação, com vistas a motivar a inserção do licenciando no contexto da pesquisa científica em educação.									
EMENTA									
Conhecimento e pesquisa na área de ciências sociais. O processo de pesquisa e a relação com o ensino. A pesquisa em educação no Brasil. Os tipos de Pesquisa educacional e suas especificidades. Opções metodológicas em pesquisa educacional. Elaboração do relatório de pesquisa. Metodologia de elaboração e apresentação de projeto de pesquisa.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
Unidade I Os fundamentos, métodos e técnicas para a construção do conhecimento científico na área da educação; 1. A trajetória e tendências da pesquisa educacional na realidade brasileira; 2. Bases epistemológicas da construção do conhecimento científico na área da educação; 3. Tipos de pesquisa em educação, procedimento metodológico e coleta de dados;									
Unidade II Os principais elementos que integram a elaboração de pesquisas em educação. 1. Definição do objeto de pesquisa, dos objetivos, da justificativa e do problema de investigação no contexto da educação; 2. Construção da revisão bibliográfica;									

3.	Descrição de percurso metodológico;
4.	Reflexão sobre a elaboração da análise de dados.
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BAUER, Martin W. org; GASKELL, George org. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 516 p.	
TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 11. ed. Petrópolis RJ Belém: Vozes Unama, 2014. 203 p. ISBN: 9788532631930.	
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p. ISBN: 9788524924484.	
Complementar	
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar. 18. ed. São Paulo: Papirus, 2011. 128 p. (Prática Pedagógica).	
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. 173 p. ISBN: 9788576051565.	
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes Org; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da et al. Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p.	
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. Sao Paulo: Atlas, 2002. 175p.	

IDENTIFICAÇÃO									
Código:		Componente Curricular: Políticas Públicas da Educação					Período: 7º Semestre		CH: 30H
Relação entre Componentes Curriculares									
Código:		Componente Curricular					Período:		CH
CARGA HORÁRIA									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	30H	30H	-	-	-	30H	-
OBJETIVOS									
Objetivo Geral Analisar as políticas públicas educacionais brasileiras e suas repercussões na legislação da educação e no funcionamento escolar.									
Objetivos Específicos Estudar as influências dos organismos internacionais na construção das políticas públicas educacionais no Brasil; Entender as políticas de financiamento da educação brasileira;									

Debater sobre as políticas de formação de professores e o trabalho docente; Apreender a constituição e a LDB como os aspectos legais que orientam as políticas públicas educacionais brasileiras.
METODOLOGIA
A metodologia se orienta por uma perspectiva de educação dialógica freireana, em que a prática educativa tem como eixo central do desenvolvimento da disciplina o diálogo e a participação efetiva dos alunos, por meio da leitura dos referenciais, do diálogo e debates em sala de aula, dos trabalhos em grupo.
EMENTA
As determinações dos organismos internacionais na construção das políticas públicas educacionais brasileiras: neoliberalismo, educação e políticas públicas educacionais. Políticas públicas de financiamento da educação brasileira: o FUNDEF e do FUNDEB. O papel do Estado na definição de políticas públicas: a educação na Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). O plano Nacional de Educação/PNE. As políticas públicas de formação de professores e o trabalho docente. Diretrizes Curriculares Nacionais como políticas públicas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade I: Políticas públicas e políticas públicas educacionais</p> <p>1.1 Ciclo de políticas públicas.</p> <p>1.2. Políticas públicas educacionais no Brasil: percurso histórico</p> <p>1.3. As determinações dos organismos internacionais na construção das políticas públicas educacionais brasileiras: neoliberalismo e educação;</p> <p>1.4. As políticas públicas de formação de professores e o trabalho docente a partir das orientações internacionais.</p> <p>Unidade II: Políticas públicas e legislação brasileira</p> <p>2.1. Políticas públicas de financiamento da educação brasileira: o FUNDEF e do FUNDEB.</p> <p>2.2. O papel do Estado na definição de políticas públicas: a educação na Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).</p> <p>2.3. O Plano Nacional de Educação/PNE.</p> <p>2.4. As Diretrizes Curriculares Nacionais como políticas públicas.</p>
BIBLIOGRAFIA
<p>Básica</p> <p>DOURADO, Luis Fernandes; PARO, Luiz Henrique. Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo. Xamã, 2001.</p> <p>LIBÂNEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira De; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>SAVIANI, Demerval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. RBPAE. v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/43520/27390.</p>
<p>Complementar</p> <p>AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf.</p> <p>BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf</p> <p>DECRETO Nº 5.626/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.</p> <p>CASTIONI, Remi; CARDOSO, Mônica Serafim; CAPUZZO, Alisson. FUNDEF, FUNDEB e novo FUNDEB:</p>

perspectivas para o financiamento da educação de estados e municípios. Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 10, n. 1, p.80-95, jan./jun.2020. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/3661>.
GONÇALVES, L. A. O. Currículo e Políticas Públicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular: Leitura e Escrita Do Português Como L2 Para Surdos	Período: 7º Semestre	CH: 60H
----------------	---	--------------------------------	----------------

Relação entre Componentes Curriculares

Código:	Componente Curricular	Período:	CH
----------------	------------------------------	-----------------	-----------

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Eletiva	60H	45H	15H	-	-	60H	-

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Discutir questões relacionadas a leitura e a escrita do Português como L2 para surdos no âmbito da educação bilíngue e da educação regular e demais contextos, bem como, os processos psicolinguísticos, linguísticos e sociais que envolvem essa atividade.

Objetivos Específicos

- Discutir a relação entre linguagem e educação de surdos em seus processos históricos e atuais;
- Refletir sobre as implicações do processo de leitura e de escrita do português como L2 pelo aluno surdo;
- Entender o lugar do letramento e da língua de sinais na aprendizagem do português pelo educando surdo.

METODOLOGIA

A metodologia da disciplina de Leitura e Escrita do Português como L2 para surdos será baseada em aulas expositivas-dialogadas, debates e atividades práticas. Por meio dessas abordagens, os alunos terão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos teóricos, participar ativamente das discussões, discutir sobre a leitura e a escrita do português para surdos. A metodologia visa levar os alunos a reflexão teórica para que na disciplina de metodologia de ensino do Português L2 para surdos possam colocar esse conhecimento em prática com estratégias de ensino.

EMENTA

A educação de surdos e questões de linguagem. Leitura e escrita e surdez no contexto escolar. Processos psicolinguísticos no processo de leitura e escrita do português pelo aluno surdo. A relação entre a estrutura gramatical do português e a leitura e escrita do educando surdo. As implicações sociais sobre o processo de leitura e escrita do português pelo aluno surdo. Letramento e surdez. A língua de sinais na aquisição da

escrita do Português.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: A educação de surdos e questões de linguagem

- Questões de linguagem em Vygotsky e Bakhtin
- Processos históricos de escolarização do aluno surdos e os desafios linguageiros;

Unidade 2: Implicações no processo de leitura e escrita do português pelo aluno surdo

- Processos psicolinguísticos que envolvem a aprendizagem da leitura e da escrita do Português pelo aluno surdo;
- A aprendizagem da estrutura gramatical do Português e suas implicações na leitura e na escrita do discente surdo.
- As implicações sociais sobre o processo de leitura e escrita do português pelo aluno surdo.

Unidade 3: A leitura e a escrita do português pelo educando surdo

- Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional;
- O papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos;
- Experiências de letramento de alunos surdos.

BIBLIOGRAFIA

Básica

LODI, A. C. B. HARRISON, K. M. P. CAMPOS, S. R. L. TESKE, O. Letramento e Minorias. (Org.). 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001.

Complementar

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. A leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol.1. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

KLEIMAN, A. Texto e leitor – aspectos cognitivos da leitura. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1989.

SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. Revista Espaço/INES, p. 38-45, jun.1998.

KLEIMAN, A. Texto e leitor – aspectos cognitivos da leitura. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1989.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular: Metodologia do Ensino de Português como L2 para Surdos	Período: 8º Período	CH: 60H
----------------	--	--------------------------------------	----------------

Relação entre Componentes Curriculares

Código:	Componente Curricular	Período:	CH
----------------	------------------------------	-----------------	-----------

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular	Natureza Didático-Pedagógica
------------------------------	-------------------------------------

			(Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1	Disciplina	Letiva	60H	40H	20H	-	-	60H	-
OBJETIVOS									
Objetivo Geral Desenvolver competências e habilidades dos estudantes no ensino do português como segunda língua (L2) para surdos, considerando metodologias, questões discursivas, aspectos gramaticais e modalidades falada e escrita da língua.									
Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as características do ensino de L2 para surdos, incluindo as peculiaridades do discurso e da gramática. - Explorar metodologias e estratégias didáticas para o desenvolvimento da compreensão da leitura em L2. - Desenvolver técnicas de ensino para a produção de textos escritos em L2, considerando as necessidades dos alunos surdos. - Aplicar metodologias adequadas ao ensino de L2, como a seleção e adaptação de materiais didáticos. - Elaborar atividades contextualizadas utilizando diferentes metodologias para o ensino de L2, promovendo a participação ativa dos alunos surdos. - Avaliar o processo de ensino-aprendizagem em L2, identificando pontos fortes e áreas de melhoria para aprimorar a prática docente. 									
METODOLOGIA									
A metodologia da disciplina de Metodologia do Ensino de Português como L2 para Surdos será baseada em aulas expositivas-dialogadas, debates e atividades práticas. Por meio dessas abordagens, os alunos terão a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos, participar ativamente das discussões, aplicar estratégias de ensino do português para surdos e avaliar textos produzidos por alunos surdos. Serão utilizados recursos didáticos diversificados, como materiais audiovisuais e tecnologias assistivas, visando uma aprendizagem inclusiva e significativa. A metodologia busca desenvolver as habilidades de leitura e escrita dos alunos, considerando suas necessidades específicas, promovendo a reflexão crítica-reflexiva e estimulando a participação e o envolvimento ativo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.									
EMENTA									
O ensino do português como segunda língua (L2) para surdos. Metodologias no ensino de L2 para surdos. Questões discursivas e aspectos da gramática relevantes para o ensino de L2. Modalidades falada e escrita da língua portuguesa. Estratégias para o desenvolvimento da compreensão da leitura em L2. Estratégias para a produção de textos escritos em L2. Práticas metodológicas no ensino de L2, incluindo a seleção e adaptação de materiais didáticos. Planejamento de atividades contextualizadas para o ensino de L2. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem em L2 para surdos.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
Unidade 1: Fundamentos do ensino do português como L2 para surdos <ul style="list-style-type: none"> - Metodologias no ensino de L2 para surdos - Questões discursivas relevantes para o ensino de L2 - Aspectos da gramática do português como L2 relevantes para o ensino. Unidade 2: Modalidades falada e escrita do português como L2 <ul style="list-style-type: none"> - Características da modalidade falada do português como L2 para surdos 									

- Características da modalidade escrita do português como L2 para surdos
- Estratégias metodológicas para desenvolver a competência comunicativa em ambas as modalidades.

Unidade 3: Desenvolvimento da leitura em L2 para surdos

- Estratégias para aprimorar a compreensão da leitura em L2
- Seleção e adaptação de materiais didáticos para o ensino da leitura em L2
- Práticas metodológicas para o desenvolvimento da leitura em L2.

Unidade 4: Produção de textos escritos em L2 para surdos

- Estratégias para a produção de textos escritos em L2
- Planejamento e organização de atividades de produção escrita em L2
- Avaliação do processo de ensino-aprendizagem da produção de textos escritos em L2.

BIBLIOGRAFIA

Básica

CARDOSO JUNIOR, Waldemar dos Santos. Oficina pedagógica de escrita para surdos usuários da Libras. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001.: Editora Mediação, v. 1, 2017.

Complementar

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. O ensino do português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: [06/07/2023].

SANTOS, Dayse Vanessa dos. Coesão e coerência em escrita de surdos. Tese de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 1994.

SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. Revista Espaço/INES, p. 38-45, jun.1998.

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular:	Período:	CH:
----------------	-------------------------------	-----------------	------------

Relação entre Componentes Curriculares

Código:	Componente Curricular	Período:	CH
----------------	------------------------------	-----------------	-----------

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD

	Curriculares	AC							
1						-	-		-
OBJETIVOS									
Objetivo Geral									
Objetivos Específicos									
METODOLOGIA									
EMENTA									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
BIBLIOGRAFIA									
Básica									
Complementar									

IDENTIFICAÇÃO										
Código:		Componente Curricular:					Período:		CH:	
Relação entre Componentes Curriculares										
Código:		Componente Curricular					Período:		CH	
CARGA HORÁRIA										
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação			Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares		Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1							-	-		-
OBJETIVOS										
Objetivo Geral										
Objetivos Específicos										
METODOLOGIA										

EMENTA	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
Complementar	

IDENTIFICAÇÃO									
Código:		Componente Curricular:				Período:		CH:	
Relação entre Componentes Curriculares									
Código:		Componente Curricular				Período:		CH	
CARGA HORÁRIA									
Componente Curricular				Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)					
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1						-	-		-
OBJETIVOS									
Objetivo Geral									
Objetivos Específicos									
METODOLOGIA									
EMENTA									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
BIBLIOGRAFIA									
Básica									
Complementar									

IDENTIFICAÇÃO

Código:	Componente Curricular:	Período:	CH:
----------------	-------------------------------	-----------------	------------

Relação entre Componentes Curriculares

Código:	Componente Curricular	Período:	CH
----------------	------------------------------	-----------------	-----------

CARGA HORÁRIA

Componente Curricular			Natureza Didático-Pedagógica (Distribuição de CH por natureza)						
Classificação		Tipos	CH	Dimensão de Conhecimento		Extensão		Modalidade de Ensino do CC	
Nº	Disciplina / Atividades Acadêmicas Curriculares	Letivas ou Eletivas / ESO, TCC e AC	TOTAL	Teórica	Prática	DCE	ACE	Presencial	EaD
1						-	-		-

OBJETIVOS**Objetivo Geral****Objetivos Específicos****METODOLOGIA****EMENTA****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****BIBLIOGRAFIA****Básica****Complementar**

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

MEMBROS

NOME
ASSINATURA

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Anexo A - Formulários Preenchidos de Plano de Transição Curricular

Anexo B - Documentos de Marco Regulatório do Curso de x de x.